



Fundação

CECIERJ

Consórcio **cederj**

Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

Português VII

Volume 2

Vanda Maria Cardozo de Menezes

Monclar Guimarães Lopes

Wagner Alexandre dos Santos Costa



**SECRETARIA DE CIÊNCIA,
TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

**UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL**

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO



Apoio:



Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

www.cederj.edu.br

Presidente

Carlos Eduardo Bielschowsky

Vice-presidente

Marilvia Dansa de Alencar

Coordenação do Curso de Letras

UFF - Livia Maria de Freitas Reis Teixeira

Material Didático

Elaboração de Conteúdo

Vanda Maria Cardozo de Menezes
Monclar Guimarães Lopes
Wagner Alexandre dos Santos Costa

Diretoria de Material Didático

Cristine Costa Barreto

Coordenação de Design Instrucional

Bruno José Peixoto
Flávia Busnardo da Cunha
Paulo Vasques de Miranda

Design Instrucional

Gustavo Malheiros
Lívia Tafuri
Nathalia Costa Alves

Biblioteca

Raquel Cristina da Silva Tiellet
Simone da Cruz Correa de Souza
Vera Vani Alves de Pinho

Diretoria de Material Impresso

Marianna Bernstein

Revisão Linguística e Tipográfica

Beatriz Fontes
Rosane Lira

Ilustração

Vinicius Mitchell

Capa

Vinicius Mitchell

Programação Visual

Maria Fernanda de Novaes

Produção Gráfica

Fábio Rapello Alencar
Ulisses Schnaider

Copyright © 2018 Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e/ou gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

M543p

Menezes, Vanda Maria Cardozo de.

Português VII. Volume 2 / Vanda Maria Cardozo de Menezes, Monclar Guimarães Lopes, Wagner Alexandre dos Santos Costa. – Rio de Janeiro : Fundação Cecierj, 2018.

126p.; 19 x 26,5 cm.

ISBN: 978-85-458-0133-7

1. Língua portuguesa. 2. Latim. I. Lopes, Monclar Guimarães. II. Costa, Wagner Alexandre dos Santos. 1. Título.

CDD: B869

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador

Luiz Fernando de Souza Pezão

Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Social

Gabriell Carvalho Neves Franco dos Santos

Instituições Consorciadas

CEFET/RJ - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca

Diretor-geral: Carlos Henrique Figueiredo Alves

FAETEC - Fundação de Apoio à Escola Técnica

Presidente: Alexandre Sérgio Alves Vieira

IFF - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense

Reitor: Jefferson Manhães de Azevedo

UENF - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Reitor: Luis César Passoni

UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Reitor: Ruy Garcia Marques

UFF - Universidade Federal Fluminense

Reitor: Sidney Luiz de Matos Mello

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Reitor: Roberto Leher

UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Reitor: Ricardo Luiz Louro Berbara

UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Reitor: Luiz Pedro San Gil Jutuca

Sumário

Aula 10 • Aspectos linguísticos da evolução do latim ao português: morfologia diacrônica (morfologia verbal)	7
<i>Vanda Maria Cardozo de Menezes</i>	
<i>Wagner Alexandre dos Santos Costa</i>	
Aula 11 • Aspectos linguísticos da evolução do latim ao português: morfologia diacrônica (as classes invariáveis).....	25
<i>Monclar Guimarães Lopes</i>	
Aula 12 • Aspectos linguísticos da evolução do latim ao português: sintaxe diacrônica (Parte 1).....	51
<i>Vanda Maria Cardozo de Menezes</i>	
<i>Monclar Guimarães Lopes</i>	
Aula 13 • Aspectos linguísticos da evolução do latim ao português: sintaxe diacrônica (Parte 2).....	81
<i>Vanda Maria Cardozo de Menezes</i>	
<i>Monclar Guimarães Lopes</i>	
Aula 14 • Aspectos linguísticos da evolução do latim ao português: sintaxe diacrônica (Parte 3).....	105
<i>Vanda Maria Cardozo de Menezes</i>	
<i>Monclar Guimarães Lopes</i>	

Aula 10

Aspectos linguísticos da evolução
do latim ao português: morfologia
diacrônica (morfologia verbal)

*Vanda Maria Cardozo de Menezes
Wagner Alexandre dos Santos Costa*

Meta

Apresentar o desenvolvimento da morfologia verbal do latim ao português.

Objetivos:

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar as perdas sofridas pelas conjugações no latim clássico;
2. descrever os tempos verbais criados para novos empregos;
3. correlacionar o quadro verbal latino ao quadro da língua portuguesa, em busca de convergências e divergências.

Introdução

Dando continuidade ao estudo da morfologia diacrônica, focalizaremos nesta aula os verbos. Você já deve ter observado que, na apresentação das classes até aqui estudadas, a dos nomes (substantivo e adjetivo), na Aula 8, e a dos pronomes, na Aula 9, não apenas foram observados os aspectos morfológicos, mas também os aspectos semânticos. Em relação à classe dos verbos, não será diferente, uma vez que as diferentes formas verbais mantêm em comum o fato de servirem à expressão das categorias semânticas de tempo, aspecto, modo, pessoa e número.

Como sabemos, paralelamente ao **latim clássico** começou a se desenvolver, desde o século III a.C, o **latim vulgar**, num processo próprio do desenvolvimento da língua latina, que teve consequências para o surgimento das línguas românicas e para o posterior desenvolvimento de cada uma dessas línguas em separado.

A comparação entre o latim clássico e o vulgar é, pois, um expediente frequentemente adotado para o estudo histórico da língua portuguesa. Vamos aqui também adotá-lo. Vamos ainda, sempre que for oportuno, fazer comentários sobre a morfologia verbal no português atual.

Latim clássico

Latim culto, falado e escrito, usado entre os séculos III a. C e V d. C.

Latim vulgar

Latim somente falado, desenvolvido a partir do século III a. C.

Perdas e ganhos no sistema verbal

Podemos afirmar que se mantém na língua portuguesa a mesma característica da língua de origem: ambas têm o verbo como vocábulo eminentemente flexional, apesar das reestruturações que se deram no sistema verbal latino.

Se, por um lado, o sistema de declinação nominal desapareceu quase completamente na passagem do latim ao português (COUTINHO, 1973; TEYSSIER, 1990, a conjugação verbal, por outro lado, guarda muitos vestígios: alguns tempos verbais latinos desapareceram, outros permaneceram, outros adquiriram novas funções. Houve, portanto, perdas e ganhos nesse processo de reorganização do quadro verbal ao longo da história da língua portuguesa.

A perda nas conjugações verbais

Começaremos notando que, em relação ao número de *conjugações* ou *classes temáticas*, houve perdas no desenvolvimento do latim ao português. No latim clássico distinguiram-se quatro temas verbais, construídos

com o acréscimo ao radical das vogais -ā, -ē, -ě, -ī, para receber a flexão do *inflectum* (*amābas*), e da marca-*ui*, para o *perfectum* (*ama(ui)sti*).

Precisamos nos recordar que o sufixo flexional (SF) – modo-temporal (SMT) e número-pessoal (SNP) – não é acrescentado diretamente ao radical (R), mas, em geral, ao tema (T), constituído pelo radical e uma vogal temática (VT). Nas formas verbais flexionadas que apresentam, após o radical, todos os elementos, temos a realização da seguinte fórmula:

$$T (= R + VT) + SF (= SMT + SNP)$$

Exemplificando:

Latim: *amābāmus* = *amā* (*am* + *ā*) + *bāmus* (*bā* + *mus*)

Português: *amávamos* = *amá* (*am* + *a*) + *vamos* (*va* + *mos*)

Já no latim vulgar, a distribuição dos verbos em quatro conjugações verbais (-āre, -ēre, -ěre, -īre) começa a se alterar. Coutinho (1973, p. 33) apresenta a “confusão entre as conjugações verbais” como uma das características morfológicas do latim falado. A marcação morfológica para o *perfectum*, afirma Silva (2006, p. 119), “já não era muito nítida no latim padrão”.



Latim padrão

A expressão *latim padrão* é usada como equivalente a *latim clássico*, ressaltando-se, nessa referência, que esse latim era considerado exemplar para a escrita e fala cultas.

Tal característica vem nos lembrar, mais uma vez, o fenômeno da intersecção entre os fatores fonológicos e morfológicos que já observamos, por exemplo, entre as terminações para os nomes nos gêneros neutro e masculino, resultando na absorção do primeiro pelo último (Cf. Aula 8, item 1 - O nome em latim – o sistema de casos).

Na maior parte da Península Ibérica, o uso da segunda conjugação (-ēre) do latim predominou sobre o da terceira (-ěre), que chegou a ser

totalmente eliminada e absorvida pela segunda. Esse desenvolvimento tem sido diretamente relacionado, afirma Tarallo (1990, p. 119), à perda da distinção entre vogais breves e longas do latim clássico.

A segunda conjugação do latim vulgar corresponde às segunda e terceira do latim clássico. Alguns verbos de terceira conjugação, entretanto, passaram a receber a terminação *-ire*, que caracterizava a quarta conjugação.

De acordo com Coutinho (1973), a conjugação em *-ire* se enriqueceu a partir da contribuição recebida pela segunda e terceira. A semelhança fonética existente entre a terminação da primeira pessoa do indicativo dos verbos da segunda e terceira conjugações (*-eo* e *-io*) e os da quarta (*-io*) favoreceu a alternância de formas como *florēre/Florire* (florir); *fugēre/fugire* (fugir); *parēre/parire* (parir).

Observamos que esse fenômeno de mudança de conjugação a partir de alterações fonológicas é recorrente no desenvolvimento da língua portuguesa: vários verbos têm passado, em diferentes momentos, da segunda para a terceira conjugação (*aduzer, caer, cinger*, que hoje correspondem a *aduzir, cair, cingir*).

Temos, assim, no português, a partir desse rearranjo, apenas três conjugações verbais: primeira, segunda e terceira, com as respectivas vogais temáticas *-a*, *-e*, *-i* que aparecem nas terminações de infinitivo *-ar*, *-er* e *-ir*.

Dentre as conjugações, a primeira, como já ocorria no latim, é a que apresenta maior capacidade criadora no processo de formação de novos verbos.

Exemplos mais atuais dão mostra dessa produtividade da primeira conjugação na formação de verbos a partir de termos recém-empresados do inglês, especialmente na área de informática – *deletar, clicar, zapear, inicializar, hackear*.

Já a produtividade da segunda conjugação vem se restringindo à formação dos chamados verbos **incoativos**: *anoitecer* (noite); *empobrecer* (pobre); *entristecer* (triste).

Modos e tempos verbais

Dentre as perdas sofridas pelo latim clássico, Coutinho (1973, p. 274-276) relaciona os seguintes tempos verbais:

Incoativo

Em linguística, refere-se ao aspecto verbal que traz a noção de 'início de ação' ou 'começo de um processo'. (Cf. Câmara Jr., 1979, p. 227)

1. o futuro imperfeito do indicativo;
2. o futuro do imperativo;
3. o perfeito do infinitivo;
4. o particípio presente (em -nt), que deu apenas ao português alguns substantivos e adjetivos: ocidente, poente, doente, valente, regente, crente.
5. o particípio do futuro ativo (em -urus), de que conservamos raros vestígios nas formas cultas futuro, nascituro;
6. o gerundivo, que se encontra representado, em português, por alguns substantivos e adjetivos: merenda, fazenda, moenda.
7. o supino, cujo desaparecimento no latim data do século I, deu lugar ao infinitivo preposicionado.

Todas essas perdas, sabemos bem, não aconteceram de um momento para outro, repentinamente, nem de maneira homogênea.

No português arcaico, observa Silva (2006), ainda se empregava o particípio presente com força verbal, como neste exemplo que se encontra no *Testamento de d. Afonso* (1214): “Eu rei don Afonso pela gracia de Deus rei de Portugal, sendo sano e salvo, *temête dia de mia morte...* (= temendo)” (apud SILVA, 2006, p. 121) .

A terminação *-nd* do gerundivo, além dos exemplos citados, ainda apresenta sua marca em novas criações com valor de substantivo: *graduando, mestrando, doutorando*.

Uma vez mais com base em Ismael Coutinho (1973, p. 274), observamos que os novos tempos que se desenvolveram no processo de formação do português a partir do latim falado são os seguintes:

1. o infinitivo pessoal;
2. o imperfeito do subjuntivo;
3. o futuro do subjuntivo;
4. o presente do subjuntivo;
5. o gerúndio.

A história da língua portuguesa carece de documentação que comprove todos os desdobramentos por que passaram as formas verbais no latim vulgar. Ressalta-se, porém, que “essas reestruturações sumarizadas que mostram perdas e ganhos do latim para o português, quase todas, já se encontravam concluídas quando o português aparece escrito” (SILVA, 2006, p.121).

Muito importante para o entendimento da mudança linguística é o que Câmara Jr. (1979, p. 138) afirma sobre a polêmica origem do infinitivo pessoal em português e que também vale para outras alterações e inovações: “Longe de ser uma ‘confusão’, esse emprego foi o fruto de um impulso criativo, em qualquer caso.”

A distinção de aspecto

O aspecto, categoria pouco mencionada nas gramáticas tradicionais, diz respeito às diferentes maneiras de se observar o desenvolvimento temporal de uma situação (início, meio e fim), que pode, assim, ser representada, por exemplo, como *concluída* e *não-concluída*. A seguir, apresentam-se duas orações em que a distinção de aspecto se sobressai dentre as demais categorias semânticas expressas pelas formas verbais em destaque.

Quadro 1: Distinção de aspecto no português.

Os homens <i>trabalharam</i> o dia inteiro.	modo: <i>indicativo</i> tempo: <i>passado</i> aspecto: <i>perfectivo</i> pessoa: 3 ^a número: <i>plural</i>
Os homens <i>trabalhavam</i> o dia inteiro.	modo: <i>indicativo</i> tempo: <i>passado</i> aspecto: <i>imperfectivo</i> pessoa: 3 ^a número: <i>plural</i>

Atribui-se ao gramático Varrão (séc. I a. C.) a distinção entre evento inconcluso (*infectum*) e conclusivo (*perfectum*) nas formas verbais latinas. A oposição era expressa de maneira variada no latim clássico, mas o mecanismo mais adotado era a indicação do *perfectum* pelo emprego do sufixo *-ul/-ui* (*fuit - fui; amauisti - amaste*).

Quadro 2: Distinção de aspecto no latim clássico.

	pretérito	presente	futuro
infectum	amabas	amas	amabis
perfectum	amaueras	amausti	amaueris

Segundo Câmara JR. (1979, p. 127-128), essa distinção passou por uma reestruturação morfológica ainda no latim clássico, quando a forma

de presente perfeito (**Quadro 1: *amauisti***) começou a ser interpretada como designativa de pretérito, deixando uma lacuna na distinção aspectual no presente e passando a opor-se ao pretérito imperfeito na distinção aspectual. A forma que antes indicava pretérito perfeito (**Quadro 1: *amaras***), então, “recuou no pretérito” e passou a ser usada para a noção de pretérito-mais-que perfeito, ou seja “além de outro mais perfeito”, assumindo um valor aspectual de conclusivo.

Quanto ao tempo futuro, o latim vulgar privilegiou o uso do presente com valor de futuro, tendo tomado, esse tempo, posterior desenvolvimento como locução de valor modal, com o verbo *habēre* (*cantarehabebam*), que, mais tarde, deu origem à formação de um novo tempo futuro no galego-português (*amarei*).

Câmara JR. (1979, p. 131) observa que ainda hoje o futuro do pretérito em português (*amaria*) tem uso limitado: “é preciso que o falante faça a evocação de um momento pretérito no momento presente em que fala”.

Temos agora o uso generalizado na língua portuguesa falada da perífrase *ir + infinitivo*, em que o verbo *ir* é um elemento usado para compor o futuro, como um verbo auxiliar, daí dizer-se que, nessa construção de futuro, o verbo *ir* passa por processo de gramaticalização. Castilho (2012, p. 405) explica o processo com certa dose de humor: “Em suma, depois de tanta trabalhadeira para formar a forma *sairei*, deixando na poeirada das estradas aquele *hei de vencer*, damos-lhe um pontapé e começamos tudo de novo, formando nova perífrase, agora com o verbo *ir*: *vou sair*”.

E sobre o uso no latim vulgar da forma de presente do indicativo para expressar o futuro, esse uso é ainda comum em português, comprovando que não há equivalência entre o tempo semântico referenciado no contexto e o tempo verbal categorizado pela descrição gramatical. Na frase *Falo com você amanhã*, entendemos que a ação expressa pelo verbo *falar* ainda está por ser realizada, indicando futuro, embora a forma verbal se encontre no presente do indicativo.

A distinção de aspecto, portanto, manteve-se na morfologia do português, apenas na oposição estabelecida entre a utilização de sufixos modo-temporal específicos para pretérito imperfeito (*ama-va-s*; *vend-ia-s*; *part-ia-s*) e ausência de sufixo modo-temporal para pretérito perfeito (*ama-Ø-ste*).

A alomorfa (*-va/-ia*) do sufixo modo-temporal para o pretérito imperfeito em português é também um exemplo do papel dos fatores

fonológicos na morfologia da língua. O diferente desenvolvimento do fonema bilabial na forma latina motivou essa alomorfa, condicionada à classe temática do verbo. Assim explica Castilho (2012, p. 152):

O morfema único latino-vulgar (-ba) desdobrou-se em dois no português por fricativização da labial /b/ entre vogais iguais, como em *amaba* > *amava*; (-ia), por fricativização da bilabial /b/ entre vogais diferentes, e seu posterior desaparecimento, como em *debeba(m)* > *deveva* > *devea* > *devia*, *parti(e)ba(m)* > *parteva* > *partea* > *partia*.

As pessoas do discurso

O português conservou a marcação de pessoa e número do sujeito com a utilização de sufixos número-pessoais como último elemento da forma verbal flexionada. Algumas poucas alterações, também resultantes de modificações fonológicas, caracterizam o quadro desses sufixos em português.

Quadro 2: Sufixos número-pessoais do latim vulgar ao português.

Pessoa	Latim vulgar	Português
P1	(-o)amo, debyio, ferio	(-o)amo, devo, firo
P2	(-s) amas, debes, feris	(-s) amas, deves, feres
P3	(-t) amat, debet, ferit	(Ø) ama, deve, fere
P4	(-mus) amamus, debefus, ferimus	(-mos) amamos, devemos, ferimos
P5	(-tis) amatis, bebetis, feritis	(-is/-des) amais, deveis, feris (pondes)
P6	(-nt) amant, debent, feriant	(-m) amam, devem, ferem

Em P3 e em P6 ocorreu o desaparecimento do fonema final /t/, que provavelmente não seria mais executado no latim vulgar (CASTILHO, 2012, p.149). É importante notar que essa alteração deu margem à ocorrência de morfe Ø para P3.

O desenvolvimento da forma latina *-tis* (*amatis* > *amades* > *amaes* > *amais*) explica os alomorfes *-is* e *-des* em P5. Castilho (2012, p. 150) explica:

O morfema (*-des*) representa um estágio anterior que persistiu no português arcaico até o século XV e no PB dialetal contemporâneo. Na língua corrente formal, esse morfema foi conservado nos verbos monossilábicos: *ides*, *vindes*, *credes*, *ledes*, *vedes*, *rides*.

Quando observamos toda a flexão verbal, constatamos que o morfema de P4 é o único que, por enquanto, não apresenta alomorfia, pelo menos na escrita; na oralidade, porém, registram-se diferentes realizações para a forma *-mos* (*amamus; amamu*). E assim segue a língua portuguesa em funcionamento: algumas variações são mantidas pelos falantes, outras são eliminadas, outras são modificadas... enfim, os falantes vão, como sempre, fazendo e refazendo a língua em um movimento que é ao mesmo tempo individual e coletivo, criativo e histórico.

===== **Atividade 1** =====

Atende aos objetivos 1 e 2

Confirme e justifique o que se afirma sobre o quadro verbal do latim ao português:

a) em relação ao número de “conjugações” ou classes temáticas, houve perdas.

b) em relação ao tempos verbais, houve perdas e ganhos.

c) em relação à categoria de aspecto, houve relativa manutenção;

d) em relação à indicação de número e pessoa houve alterações que resultaram em alomorfia.

Resposta comentada

a) Sim, houve perda em relação ao número de “conjugações” ou classes temáticas. No latim clássico distinguiam-se quatro temas verbais. Na maior parte da Península Ibérica, o uso da segunda conjugação do latim (-ēre) predominou sobre o da terceira (-ēre), que chegou a ser totalmente eliminada e absorvida pela segunda. Temos no português apenas três conjugações verbais: primeira, segunda e terceira, com as respectivas vogais temáticas -a, -e, -i nas terminações de infinitivo -ar, -er e -ir.

b) Sim, em relação ao tempos verbais, houve perdas e ganhos. São exemplos de perdas, qualquer um dos seguintes tempos relacionados: o futuro imperfeito do indicativo; o futuro do imperativo; o infinitivo perfeito; o particípio presente; o particípio do futuro ativo; o gerúndio; o supino. São exemplos de ganhos, os seguintes tempos: o infinitivo pessoal; o imperfeito do subjuntivo; o futuro do subjuntivo; o presente do subjuntivo; o gerúndio.

c) Sim, em relação à categoria de aspecto, houve relativa manutenção. Apesar das mudanças ocorridas no latim clássico e do pouco uso do futuro que também distinguia aspecto, a distinção de aspecto se manteve na morfologia do português, na oposição estabelecida entre a utilização de sufixos modo-temporal específicos para pretérito imperfeito (*ama-va-s*; *vend-ia-s*; *part-ia-s*) e ausência de sufixo modo-temporal para pretérito perfeito (*ama-Ø-ste*).

d) Sim, em P3 e em P6 ocorreu o desaparecimento do fonema final /t/, que deu margem à ocorrência de morfe Ø para P3, que constituem alomorfes, portanto. Outro exemplo se deve ao desenvolvimento da forma latina *-tis* (*amatis*>*amades*>*amaes*> *amais*), que explica os alomorfes *-is* e *-des* em P5.

Observadas as principais alterações no sistema verbal ocorridas no latim vulgar, algumas ocorridas anteriormente, já no latim clássico, vamos trabalhar com os quadros das formas verbais de todos os tempos do português atual, nas três conjugações, e com os quadros das formas verbais dos respectivos tempos no latim vulgar.

Conjugação dos verbos regulares no latim vulgar e no português

Coutinho (1973, p. 280-295), apresenta o quadro verbal latino e o português, ainda com quatro conjugações no latim vulgar, mas o autor observa que nessa modalidade da língua latina já “reinava certa confusão entre as conjugações”.

Indicativo presente

Latim vulgar				Português			
1ª conj.	2ª conj.	3ª conj.	4ª conj.	1ª conj.	2ª conj.		3ª conj.
<i>amo</i>	<i>debo</i>	<i>vendo</i>	<i>puno</i>	amo	devo	vendo	puno
<i>amas</i>	<i>debes</i>	<i>vendes</i>	<i>puniſ</i>	amas	deves	vendes	punes
<i>amat</i>	<i>debet</i>	<i>vendet</i>	<i>punit</i>	ama	deve	vende	pune
<i>amamus</i>	<i>debēmus</i>	<i>vendēmus</i>	<i>punīmus</i>	amamos	devemos	vendemos	punimos
<i>amatis</i>	<i>debētis</i>	<i>vendētis</i>	<i>punītis</i>	amais	deveis	vendeis	punis
<i>amant</i>	<i>debent</i>	<i>vendent</i>	<i>punent</i>	amam	devem	vendem	punem

Pretérito imperfeito

Latim vulgar				Português			
1ª conj.	2ª conj.	3ª conj.	4ª conj.	1ª conj.	2ª conj.		3ª conj.
<i>amabam</i>	<i>debéam</i>	<i>vendéam</i>	<i>puniam</i>	amava	devia	vendia	punia
<i>amabas</i>	<i>debéas</i>	<i>vendéas</i>	<i>punias</i>	amavas	devias	vendias	punias
<i>amabat</i>	<i>debéat</i>	<i>vendéat</i>	<i>puniat</i>	amava	devia	vendia	punia
<i>amabāmus</i>	<i>debeāmus</i>	<i>vendeāmus</i>	<i>puniāmus</i>	amávamos	devíamos	vendíamos	puniāmos
<i>amabātis</i>	<i>debeātis</i>	<i>vendeātis</i>	<i>puniātis</i>	amáveis	devíeis	vendíeis	puníeis
<i>amabant</i>	<i>debéant</i>	<i>vendéant</i>	<i>puniant</i>	amavam	deviam	vendiam	puniam

Pretérito perfeito

Latim vulgar				Português			
1ª conj.	2ª conj.	3ª conj.	4ª conj.	1ª conj.	2ª conj.		3ª conj.
<i>amai</i>	<i>debei</i>	<i>vendei</i>	<i>punii</i>	amei	devi	vendi	puni
<i>amasti</i>	<i>debesti</i>	<i>vendesti</i>	<i>punisti</i>	amaste	deveste	vendeste	puniste
<i>amaut</i>	<i>debeut</i>	<i>vendeut</i>	<i>puniut</i>	amou	deveu	vendeu	puniu
<i>amamus</i>	<i>debemus</i>	<i>vendemus</i>	<i>punimus</i>	amamos	devemos	vendemos	punimos
<i>amastis</i>	<i>debestis</i>	<i>vendestis</i>	<i>punistis</i>	amastes	devestes	vendestes	punistes
<i>amarunt</i>	<i>deberunt</i>	<i>venderunt</i>	<i>punirunt</i>	amaram	deveram	venderam	puniram

Pretérito mais-que-perfeito

Latim vulgar				Português			
1ª conj.	2ª conj.	3ª conj.	4ª conj.	1ª conj.	2ª conj.		3ª conj.
<i>amaram</i>	<i>deberam</i>	<i>venderam</i>	<i>puniram</i>	amara	devera	vendera	punira
<i>amaras</i>	<i>deberas</i>	<i>venderas</i>	<i>puniras</i>	amaras	deveras	venderas	puniras
<i>amarat</i>	<i>deberat</i>	<i>venderat</i>	<i>punirat</i>	amara	devera	vendera	punira
<i>amarāmus</i>	<i>deberāmus</i>	<i>venderāmus</i>	<i>punirāmus</i>	amáramos	devêramos	vendêramos	puníramos
<i>amarātis</i>	<i>deberātis</i>	<i>venderātis</i>	<i>punirātis</i>	amáreis	devêreis	vendêreis	puníreis
<i>amarant</i>	<i>deberant</i>	<i>venderant</i>	<i>punirant</i>	amaram	deveram	venderam	puniram

Imperativo

Latim vulgar				Português			
1ª conj.	2ª conj.	3ª conj.	4ª conj.	1ª conj.	2ª conj.		3ª conj.
<i>ama</i> <i>amate</i>	<i>debe</i> <i>debete</i>	<i>vende</i> <i>vendete</i>	<i>punī</i> <i>punite</i>	ama amai	deve devei	vende vendei	pune puni

Subjuntivo presente

Latim vulgar				Português			
1ª conj.	2ª conj.	3ª conj.	4ª conj.	1ª conj.	2ª conj.		3ª conj.
<i>amem</i> <i>ames</i> <i>amet</i> <i>amemus</i> <i>ametis</i> <i>ament</i>	<i>debam</i> <i>debas</i> <i>debat</i> <i>debamus</i> <i>debatis</i> <i>debant</i>	<i>vendam</i> <i>vendas</i> <i>vendat</i> <i>venda-</i> <i>mus</i> <i>vendatis</i> <i>vendat</i>	<i>punam</i> <i>punas</i> <i>punat</i> <i>punamus</i> <i>punatis</i> <i>punant</i>	ame ames ame amemus ameis amem	deva devas deva devamos devais devam	venda vendas venda venda- mos vendais vendam	puna punas puna punamos punais punam

Imperfeito do subjuntivo

Latim vulgar			
1ª conj.	2ª conj.	3ª conj.	4ª conj.
<i>amassent</i> <i>amasses</i> <i>amasset</i> <i>amassémus</i> <i>amassétis</i> <i>amassent</i>	<i>debessent</i> <i>debesses</i> <i>debesset</i> <i>debessémus</i> <i>debessétis</i> <i>debessent</i>	<i>vendessem</i> <i>vendessem</i> <i>vendessem</i> <i>vendessemus</i> <i>vendessetis</i> <i>vendessem</i>	<i>punissent</i> <i>punisses</i> <i>punisset</i> <i>punissémus</i> <i>punissétis</i> <i>punissent</i>

Português			
1ª conj.	2ª conj.		3ª conj.
amasse amasses amasse amássemos amásseis amassent	devesse devesse devesse devêssemos devêsseis devessem	vendessem vendessem vendessem vendêssemos vendêsseis vendessem	punisse punisses punisse puníssemos punísseis punissent

Futuro do subjuntivo

Latim vulgar				Português			
1ª conj.	2ª conj.	3ª conj.	4ª conj.	1ª conj.	2ª conj.		3ª conj.
<i>amaro</i>	<i>debero</i>	<i>vendero</i>	<i>puniro</i>	amar	dever	vender	punir
<i>amaris</i>	<i>deberis</i>	<i>venderis</i>	<i>puniris</i>	amares	deveres	venderes	punires
<i>amarit</i>	<i>deberit</i>	<i>venderit</i>	<i>punirit</i>	amar	dever	vender	punir
<i>amarimus</i>	<i>deberimus</i>	<i>venderimus</i>	<i>punirimus</i>	amarmos	devermos	vendermos	punirmos
<i>amaritis</i>	<i>deberitis</i>	<i>venderitis</i>	<i>puniritis</i>	amardes	deverdes	venderdes	punirdes
<i>amarint</i>	<i>deberint</i>	<i>venderint</i>	<i>punirint</i>	amarem	deverem	venderem	punirem

Infinitivo impessoal

Latim vulgar				Português			
1ª conj.	2ª conj.	3ª conj.	4ª conj.	1ª conj.	2ª conj.		3ª conj.
<i>amare</i>	<i>debere</i>	<i>vendére</i>	<i>punire</i>	amar	dever	vender	punir

Infinitivo pessoal

Latim vulgar				Português			
1ª conj.	2ª conj.	3ª conj.	4ª conj.	1ª conj.	2ª conj.		3ª conj.
<i>amarem</i>	<i>deberem</i>	<i>vendérem</i>	<i>punirem</i>	amar	dever	vender	punir
<i>amares</i>	<i>deberes</i>	<i>vendéres</i>	<i>punires</i>	amares	deveres	venderes	punires
<i>amaret</i>	<i>deberet</i>	<i>vendéret</i>	<i>puniret</i>	amar	dever	vender	punir
<i>amaremus</i>	<i>deberemus</i>	<i>venderemus</i>	<i>puniremos</i>	amarmos	devermos	vendermos	punirmos
<i>amaretis</i>	<i>deberetis</i>	<i>venderetis</i>	<i>puniretis</i>	amardes	deverdes	venderdes	punirdes
<i>amarent</i>	<i>deberent</i>	<i>vendérent</i>	<i>punirent</i>	amarem	deverem	venderem	punirem

Gerúndio

Latim vulgar				Português			
1ª. conj.	2ª. conj.	3ª. conj.	4ª. conj.	1ª. conj.	2ª. conj.		3ª. conj.
<i>amando</i>	<i>debendo</i>	<i>vendendo</i>	<i>puniñdo</i>	amando	devendo	vendendo	punindo

Particípio passado

Latim vulgar				Português			
1ª. conj.	2ª. conj.	3ª. conj.	4ª. conj.	1ª. conj.	2ª. conj.		3ª. conj.
<i>amatu</i>	<i>debitu</i>	<i>venditu</i>	<i>punitu</i>	amado	devido	vendido	punido

Atividade final

Atende ao objetivo 3

Com base nos quadros da conjugação dos verbos regulares no latim vulgar e no português, responda a cada uma das seguintes questões:

1. Observe o **Quadro 1**, da conjugação do presente do indicativo, e aponte as semelhanças e as diferenças entre o latim e o português no que se refere à 1ª conjugação.
2. No pretérito imperfeito, houve a queda do *-m* final na 1ª pessoa do singular em todas as conjugações. Segundo os quadros apresentados, em quais outros tempos ocorreu o mesmo fenômeno?
3. A mudança do fonema /b/ para /v/ no desenvolvimento do latim ao português é um fenômeno fonético que se mostra muito regular (deberē>dever). Em que tempo verbal essa mudança alterou o morfe flexional?
4. Em que tempos do português a desinência de 2ª. pessoa do plural é resultante de sonorização do fonema /t/ em /d/. Apresente a desinência latina e sua correspondente em português.

Resposta comentada

1. Na 3ª pessoa do singular e do plural do presente do indicativo, houve queda do *-t* intervocálico.
 2. No mais-que-perfeito do indicativo, presente do subjuntivo, imperfeito do subjuntivo e no infinitivo pessoal, ocorreu também a queda do *-m* final.
 3. A mudança do fonema /b/ para /v/, comum no desenvolvimento do latim ao português, alterou o morfema flexional do pretérito imperfeito do indicativo, mas apenas nos verbos da primeira conjugação.
 4. A desinência de 2ª pessoa do plural é resultante de sonorização do fonema /t/ em /d/ no futuro do subjuntivo e no infinitivo pessoal: *-tis>-des*
-
-

Resumo

Nesta aula observamos o desenvolvimento do sistema verbal do latim ao português. Notamos que houve uma reestruturação desse sistema, com redução das conjugações, perdas de alguns tempos verbais, e algumas alterações nas formas flexionadas, devidas principalmente a mudanças fonológicas. Também houve ganhos, as formas de alguns tempos do latim vulgar passaram a novas funções, como as que antes indicavam pretérito perfeito no latim clássico e foram usadas para a noção de pretérito-mais-que perfeito no desenvolvimento do latim vulgar, dando lugar a um novo tempo verbal. É muito importante lembrar que a maioria das mudanças, porém, ocorreu no latim vulgar, comprovando a força da língua falada como fator de mudança linguística.

Informações sobre a próxima aula

Na próxima aula vamos apresentar o desenvolvimento de palavras que apresentam em comum o fato de serem invariáveis: advérbios, preposições e conjunções. Observaremos como o uso mais frequente desse tipo de palavras afetou a estrutura morfossintática do português, consolidando-a como uma língua analítica.

Leituras recomendadas

BERTOLANZA, J. *Ismael Coutinho e o sistema verbal latino-português*. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/abf/rabf/9/088.pdf>> Acesso em: 15 ago. 2015.

SILVA, R. V. M. Como se estruturou a língua portuguesa. ANAIS ELETRÔNICOS DO MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA. Disponível em: <http://www.museulp.org.br/files/mlp/texto_10.pdf> Acesso em: 5 nov. 2015.

Referências

CÂMARA JR., J. M. *História e estrutura da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.

CASTILHO, A. T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

COUTINHO, Ismael. *Pontos de Gramática Histórica*. 6. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1973.

SILVA , R. V. M. *O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 2006.

TARALLO, Fernando. *Tempos linguísticos*. Itinerário histórico da língua portuguesa. São Paulo: Ática, 1990.

TEYSSIER, Paul. *História da Língua portuguesa*. 4. ed. Trad. Celso Cunha. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1990.

Aula 11

Aspectos linguísticos da evolução do latim ao português: morfologia diacrônica (as classes invariáveis)

Meta

Apresentar a origem e o desenvolvimento das classes invariáveis – advérbios, preposições e conjunções – na estrutura morfossintática do português.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. descrever os principais aspectos da evolução das categorias gramaticais invariáveis (advérbios, preposições e conjunções);
2. verificar como a evolução das classes invariáveis afetou a estrutura morfossintática do português, caracterizando-o como língua (mais) analítica.

Introdução

Já estudamos nas aulas anteriores a classe dos nomes (Aula 8), dos pronomes (Aula 9) e dos verbos (Aula 10). Essas classes apresentam em comum o fato de serem variáveis, ou seja, são classes que admitem flexão. wAssim eram no latim, assim continuam sendo em português, apesar das reduções e alterações ocorridas no quadro flexional de cada classe.

Nesta aula, passamos a considerar três outras classes de palavras, mas que se diferenciam morfológicamente das classes já apresentadas por partilharem a característica de serem invariáveis. São as seguintes: advérbios, preposições e conjunções.

No latim clássico, além das noções de gênero e número, também era indicada a função sintática pela terminação recebida na estrutura mórfica dos nomes (substantivos e adjetivos) e pronomes. Isso justifica a afirmativa de que o Latim era uma língua sintética em relação às línguas que dela se originaram, pois, como veremos, a função sintática era indicada pelo sistema de casos que em geral dispensava o uso de preposições. Observemos o exemplo:

Nautae perdiderunt ignaviâ reginae.

(Os marinheiros perderam **por covardia** da rainha.)

Na frase, o vocábulo “ignaviâ” exprime uma circunstância de causa e tem a terminação de ablativo, sem. Já a palavra “reginae” indica a função de adjunto adnominal e tem a terminação do caso genitivo.



Línguas (mais) sintéticas e (mais) analíticas

Por língua sintética – como o latim –, entende-se a língua em que as palavras admitem terminações para indicar uma variedade de funções gramaticais, inclusive a função sintática atribuída na sentença. Por língua analítica, compreendemos as línguas que exprimem as funções sintáticas das palavras mediante a ordem no sintagma e o uso de elementos como artigos e preposições (BAGNO, 2011, p. 260).

Com o desaparecimento do sistema casual do latim, as línguas românicas passaram a apresentar tanto um enrijecimento da ordem dos termos da sentença quanto a necessidade de uso de preposições – estas últimas em contextos bem mais amplos e diversificados que no latim.

A partir desses dados – das novas funções admitidas pelas preposições e da invariabilidade do advérbio (frequentemente declinável no latim), fica evidenciada a reorganização pela qual passaram as línguas românicas. E é justamente disso que vamos tratar nesta aula.

Advérbios

Em relação às outras duas classes de palavras invariáveis (preposições e conjunções), a classe dos advérbios é considerada uma categoria-mãe, visto que muitos prefixos, preposições e conjunções eram originariamente advérbios.

Segundo Mattoso Câmara Jr (1985, p. 116), no indo-europeu primitivo, vários advérbios modais se dispunham como satélites ao lado do verbo. Com a evolução da língua, no latim, muitos desses advérbios sofreram um processo de simplificação estrutural e se aglutinaram aos verbos, formando uma nova estrutura que chamamos “prefixos”. Como exemplo, é citado o vocábulo “suplicar”, advindo da junção do advérbio “sub” – indicador de atitude humilde – com o verbo “placare” – que significa “acalmar a ira alheia”.

De modo semelhante, formaram-se as preposições e conjunções, como veremos mais adiante, ainda nesta aula.

Said Ali (1931, p. 233), por exemplo, já ressaltava que as preposições latinas foram primitivamente advérbios, assim como enumera uma boa quantidade de conjunções conhecidas que também eram originalmente advérbios, como, *verbi gratia*, “pois”, “porém”, “todavia”, etc. (SAID ALI, 1931, p. 213-214).

Mais recentemente, os estudos gramaticais, como o funcionalismo linguístico, têm evidenciado que categorias mais gramaticais – como preposições e conjunções – advêm de categorias menos gramaticais – como advérbios – que, por sua vez, advêm de categorias mais lexicais.



Funcionalismo linguístico

O funcionalismo linguístico representa um conjunto de abordagens de investigação gramatical que defende que a estrutura linguística é motivada pela experiência humana, havendo, portanto, uma correlação entre forma e função. Algumas pesquisas funcionalistas chegaram à conclusão de que há um processo de abstratização pelo qual passam as categorias linguísticas. Sob essa perspectiva, categorias menos gramaticais evoluem, através de mecanismos cognitivos, como os de metaforização e metonimização, para categorias mais gramaticais.

Sobre a origem e evolução dos advérbios

Nunes (1945, p. 342) e Mattoso Câmara Jr. (1985, p. 115) consideram a existência de três tipos básicos de advérbios (de lugar, de tempo e de modo), sendo os dois primeiros de natureza pronominal, referindo-se às circunstâncias espaçotemporais da enunciação, e o último de natureza nominal, referindo-se a um “modo de ser” que pode modificar o verbo, um adjetivo ou outro advérbio.

Os advérbios de natureza pronominal são de origem demonstrativa (dêitica) e referem-se às relações de tempo e espaço situadas a partir da posição do falante, conforme podemos observar a seguir:

Advérbios de lugar

hic – neste lugar em que falo.

istic – nesse lugar em que estás.

illic – naquele lugar.

Advérbio de tempo

nunc – neste momento em que falo.

tunc - noutro momento.

hodie – neste dia em que falo.

heri – no dia anterior a este.

Vale ressaltar que tais advérbios são considerados pronominais não somente por apresentarem uma função dêitica, mas também por serem o resultado do uso dos pronomes, ora no caso ablativo (o caso latino para adjunto adverbial), ora com um sufixo típico.



Função dêitica

Refere-se a um tipo de referência específica no campo mostrativo da linguagem. Nesse campo, o valor referencial do item linguístico utilizado tem maior dependência de marcos temporais ou espaciais instaurados no discurso. Assim, o valor referencial da palavra “aqui” dependerá de se estabelecer o “lugar” ou “tempo” onde se situa o sujeito do discurso.

Segundo Nunes (1945, p. 342-343), no processo evolutivo da língua portuguesa, aos advérbios pronominais de natureza demonstrativa acrescem-se os *relativos* (onde, etc.), os *interrogativos* (onde, como, quando, etc.) e os *indefinidos* (algures, nenhures, etc.).

Em se tratando dos advérbios de natureza nominal, Mattoso Câmara Jr. (1985, p. 116) defende que a eles subjaz um caráter modal, mesmo que essa circunstância não esteja explícita. Sob essa ótica, o advérbio “semper” (sempre) – a que costumamos atribuir a ideia de tempo – representaria o *modo contínuo*; “iam” (já), o *modo imediato*; “tarde”, o *modo tardio*; entre outros.

Os advérbios nominais tiveram sua origem em um nome (geralmente adjetivo) no caso ablativo ou em uma forma nominal à qual era acrescido um sufixo específico. Em relação ao primeiro tipo, tornou-se comum na língua a formação de advérbios através da justaposição de um substantivo e um adjetivo no caso ablativo – normalmente o substantivo “modo”. Nesse sentido, o vocábulo “lentómo” (BASSETTO, 2010, p. 318) advém da expressão analítica “lento modo” (lentamente). Posteriormente, o substantivo “modo” tornou-se pouco produtivo, dando lugar ao substantivo “mente” (ablativo “mens”), que, até hoje,

no português, apresenta largo emprego, como nas palavras *fortemente*, *friamente*, *lentamente*, etc.

Ainda segundo Bassetto (2010, p. 317), esse processo de formação sintética dos advérbios – isto é, através do acréscimo de sufixos – perdeu-se no latim vulgar, sendo substituído por substantivos regidos por preposição, em forma analítica (isto é, em mais de uma unidade). Embora, no latim clássico, também se encontrassem advérbios formados por preposição mais substantivos, eles eram, com frequência, justapostos (*verbi gratia*, “adhuc” (ad + huc), “admodum” (ad + modum), etc.)

Quanto à categorização dos advérbios na língua portuguesa

Vamos, a seguir, observar como dois renomados estudiosos da história da língua portuguesa apresentam em suas obras o quadro dos advérbios portugueses. Prestemos atenção às duas abordagens para, então, estabelecermos possíveis confrontos.

Segundo Mattoso Câmara Jr. (1985)

Mattoso Câmara Jr. (1985, p. 118) mantém os advérbios portugueses paralelos aos latinos, isto é, ou são locativos e temporais (de natureza pronominal), ou modais (de natureza nominal). Vale ressaltar que, em sua classificação, o autor somente aborda os advérbios simples, desconsiderando as locuções.

Dentre os locativos e temporais, encontram-se os advérbios que designam o espaço-tempo da enunciação, isto é, que tratam da relação estabelecida na situação de produção de discurso entre falante e ouvinte. Sob essa perspectiva, conforme vimos anteriormente, “sempre” e “tarde”, por exemplo, típicos advérbios temporais, constituem advérbios modais, sendo análogos às expressões de modo contínuo e de modo tardio, respectivamente.

No que se refere aos locativos, Mattoso Câmara Jr. (1985, p. 118-119) enumera dois sistemas, sendo um tripartido (aqui, aí, ali) e outro bipartido (cá, lá/acolá). No sistema tripartido, “aqui” refere-se ao lugar do falante; “aí”, ao lugar do ouvinte; “ali”, a um lugar distante de ambos. No bipartido, “cá” se refere a uma proximidade ao falante e “lá/acolá” ao distanciamento do mesmo, desconsiderando-se o ouvinte, muitas vezes

“apagado” da cena enunciativa. No entanto, o autor constata que, com o uso, houve um debordamento de um sistema para o outro. No Brasil, por exemplo, são esporádicas as formas “cá” e “acolá”.

Mattoso Câmara Jr (1985, p. 120) ainda acrescenta aos advérbios locativos as formas “aquém” e “além” e o advérbio interrogativo “onde”.

No que se refere aos advérbios temporais, “nunc” (neste momento) foi substituído por “agora” (*hac hora*) e formou uma relação tripartida com “antes” (num momento anterior a este) e “depois” (num momento posterior a este). Paralelamente, com base no sistema de “dias”, a língua portuguesa manteve a aglutinação do latim “hodie” (hoje) e formou as palavras “ontem” e “amanhã”, advindas das expressões “ad noctem” e “ad maneanam”.

No que tange aos advérbios modais, segundo Mattoso Câmara Jr (1985, p. 121), uns foram herdados do latim: *sempre, nunca, cedo, tarde, longe, etc.*; alguns, formados já no português através de processo de aglutinação: *talvez* (tali + vice), *jamais* (jam + magis), etc.; e outros formados através de justaposição, como os vocábulos terminados em *-mente* (já existentes no latim vulgar).

Segundo Ismael Coutinho (1977)

Coutinho (1977, p. 265-268) considera a existência de seis categorias adverbiais: lugar, tempo, modo, intensidade, afirmação/negação e designação.

Quadro 11.1: Circunstâncias adverbiais de lugar advindas do latim

abaixo < a + baixo < ad + bassiu.	dentro < de + ĩntro.
acá (arc.) < accu + hac (hoje cá).	detrás < de + trás < de + trans.
acerca < a + cerca < ad + cĭrca.	diante < de + in + ante.
acima < a + cima < ad + cima.	ende e em (arcs.) < ĩnde (= daí).
acolá < accu + illac.	foras (arc.) < foras (hoje fora).
alá (arc.) < a + lá < ad + illac (hoje lá).	i (arc.) < ibi ou hic; aí < a + i < ad + ibi ou hic.
alende (arc.) < ad + illic + ĩnde (hoje além).	longe < longe.
algun (arc.) < algũu (arc.) com o final de <i>alhur</i> (hoje <i>algures</i>).	nenhur < neũu ou něũu (arcs.) com o final de <i>alhur</i> (hoje <i>nenhures</i>).
ali < ad + illic.	onde < ũnde.

aló (arc.) < ad + illoc.	perto < preto (arc.) < perctu ou perrectu.
aquende (arc.) < accu + ĩnde (hoje <i>aquém</i>).	juso (arc.) < jusu < deusu por deorsum (= embaixo).
aqui < accu + hic ou ibi.	suso (arc.) < susu por sursum (= em cima).
arriba < a + riba < ad + ripa.	redro (arc.) < retro (= para trás).
atrás < a + trás < ad + trans.	u (arc.) < huc ou ubi (= onde).
avante < ab + ante.	

Quadro 11.2: Circunstâncias adverbiais de tempo advindas do latim

agora < hac + hora.	entonce (arc.) < in + tuncce; estonce (arc.) < ex + tuncce.
alquando (arc.) < aliquando (= alguma vez).	hoje < hodie.
amanhã < a + manhã < ad + maniana.	inda < inde + ad ou hinc + de + ad; ainda < a + inda < ad + inde + ad.
antanho (arc.) < ante+annu (= o ano passado).	já < jam.
antes < ante.	jamais < jam + magis.
após < a + pós < ad + post.	logo < loco.
cedo < cĭdo.	mentre (arc.), redução de <i>dementre</i> por <i>domentre</i> < dum + interim (= enquanto)
cote < regressivo de cotio.	nunca < nunquam.
cotio (arc.) < cottidio por quotidie (= diariamente).	ogano (arc.) < hoc + anno (= neste ano)
cras (arc.) < cras (= amanhã)	ontem < a + noite < ad + nocte.
depois (arc.) < de + ex + post; depois < de + post.	ora < oora < a + ora < ad + hora.
desi (arc.) < des + i < de + ex + hic ou ibi (= depois).	quando, cando (arc. e pop.) < quando.
eire ou eiri (arc.) < heri (= ontem).	sempre < semper.
então, entom (arc.) < ic + tum por tunc.	tarde < tarde.
	toste (arc.) < prov. <i>tost</i> (= cedo, depressa).

Quadro 11.3: Circunstâncias adverbiais de intensidade advindas do latim

assaz < prov. <i>assatz</i> < ad + satis.	nada < nata.
avonde e avondo (arcs.) < abunde e abundo (= bastante).	pouco < paucu.
bastante < part. pres. do verbo <i>bastar</i> .	quase < quase.
chus (arc.) < plus (= mais).	tanto < tantu.
	tão < tam.

demais < de + mais < de + magis. mais < magis. menos, mēos e meos (arcs.) < mīnus (menos é reconstituição erudita de muito < multu).	quanto < quantu. quão < quam.
--	----------------------------------

Quadro 11.4: Circunstâncias adverbiais de modo advindas do latim

adur e aduro (arc.) < ad + dure e ad + duru (= dificilmente). asinha, aginha (arc.) < agina (= depressa). avindos e envidos (arcs.) < invitus por invite (= contra a vontade). assim, assi (arc.) < a + si < ad + sic (ver sim). adrede < esp. adrede pelo cat. adret. < ad + directu. bem < bene. como < quomo < quomodo.	debalde < de + balde < de + bátil (=inútil). embora < em + boa + hora < in + bona + hora. ensembra (arc.) < in + sīm (u) + ad (= juntamente com). mal < male. quiçá < quid + sapil. talvez < tali + vice. tamalavez (arc.) < tam + mala + vice (= dificilmente).
--	--

Quadro 11.5: Circunstâncias adverbiais de afirmação/ negação advindas do latim

não, nom (arc.) < non.	sim, si (arc.) < sic.
------------------------	-----------------------

Quadro 11.6: Circunstâncias adverbiais de designação advindas do latim

eis < hais por habetis.	aque (arc.) < ecce influenciado por alque.
-------------------------	--

Vale ressaltar que, embora três das categorias apresentadas por Coutinho (1977) sejam as mesmas de Mattoso Câmara Jr (1985), sua visão sobre a categoria “modo” se assemelha às ideias que convencionalmente as gramáticas tradicionais atribuem a essa categoria. Você observou que os advérbios “sempre” e “tarde”, por exemplo, são classificados como “tempo”, e não “modo”, como fez Mattoso Câmara Jr. (1985)?

Atividade 1

Atende ao objetivo 1

Com base nos conteúdos expressos nesta primeira parte da aula, responda às seguintes questões:

a) Por que, em relação às outras classes de palavras invariáveis, a classe dos advérbios é considerada uma categoria-mãe?

b) Como se explica que aos advérbios pronominais tenha sido atribuída função dêitica?

Reposta comentada

a) O estudo diacrônico das classes invariáveis mostra-nos que as preposições são originadas de advérbios, assim como boa parte das conjunções. A motivação para formação de preposições a partir de advérbios parte do fato de que, no latim, a preposição não era obrigatória à sentença ordinária, uma vez que o sistema casual atendia à relação de subordinação entre termos de uma mesma oração. Com a queda do sistema casual, alguns advérbios modais que antecederam os verbos passaram por um processo de simplificação e passaram a exercer a função de preposições. No que se refere às conjunções, embora o latim contasse com uma ampla variedade de conjunções coordenativas e subordinativas, poucas foram herdadas pela língua portuguesa. Tal idioma passou a fazer uso, sobretudo, de advérbios para a composição de novas conjunções e locuções conjuntivas.

b) Os advérbios pronominais são dêíticos porque se referem ao espaço e ao tempo da enunciação, isto é, relacionam-se ao lugar e ao momento da enunciação (ou a partir deles). Nesse sentido, advérbios como “aí”, “aqui”, “lá”, “hoje”, “ontem” são pronominais porque estão ancorados na situação de comunicação. No entanto, embora apresentem relações de lugar e de tempo, nem todos os advérbios que convencionalmente classificamos como de “lugar” ou “tempo” são pronominais na perspectiva de Mattoso Câmara Jr. (1985).

Preposições

As preposições, assim como as conjunções, são palavras relacionais. Nesse sentido, diferem-se das outras classes de palavras, na medida em que não podem ser empregadas isoladamente. Além disso, estão entre os elementos mais gramaticais da língua, uma vez que seu sentido é intrinsecamente de ordem linguística, não encontrando referentes no mundo externo. Inclusive, por não sofrerem pressões externas à língua, em que novas palavras surgem para dar conta dos novos contextos de uso, as preposições constituem um inventário fechado, sendo rara a inserção de um novo elemento.

Dentre as mais frequentes, estão aquelas mais reduzidas, monossilábicas, como “a”, “com”, “de”, “por”, que justamente por terem sofrido um longo processo de simplificação – com perda de forma e sentido – são utilizadas em um número amplo de casos, representando, desse modo, partículas multifuncionais na língua, muito embora sempre encapsulem uma relação de subordinação entre termos.

Quanto à origem e evolução das preposições

No latim clássico, como sabemos, as relações de subordinação entre os termos da oração eram expressas, sobretudo, pelas desinências casuais. Como ilustração, observemos a frase latina “*historia est vita memoriae*” (MATTOSO CÂMARA JR, 1985, p. 176), cuja tradução portuguesa é “a história é a vida da memória”. Nesse caso, a subordinação entre as palavras “*vita*” e “*memoriae*” é estabelecida pela desinência “*ae*”, do caso genitivo.

Com a evolução do latim, no entanto, cada vez mais foram sendo utilizadas preposições anteriormente ao verbo, ora para especificar melhor o sentido, ora para resolver a confusão quanto ao uso das declinações no latim vulgar. Com o tempo, houve a diminuição do sistema de declinações e, por fim, restaram apenas as preposições estabelecendo a relação de subordinação entre os termos de uma mesma oração.

Conforme abordamos previamente nesta aula, as preposições advieram de advérbios. Acrescenta-se a essa ideia o fato de que se originaram de formas indeclináveis – isto é, excetuando-se as formas latinas no ablativo – designativos de lugar e, depois, de tempo. Como ilustração, podemos citar a preposição “em” (advinda do latim “in”), que possuía o sentido adverbial “dentro”. Tal palavra relacional mantém esse sentido em uma sentença como “estou em casa” (isto é, “dentro de casa”), mas também, por metaforização, apresenta seu sentido estendido à noção de tempo, em uma sentença como “viajarei em uma semana”, por exemplo.

Segundo Mattoso Câmara Jr. (1985, p. 177), as preposições originaram-se num primeiro plano mais concreto: o das localizações no espaço. Por extensão metafórica, passou-se a empregá-las como localizações no tempo. Num terceiro momento, ainda, o processo de metaforização se expandiu para um conjunto de empregos modais, de onde podemos deprender relações de estado, origem, posse, finalidade, meio, causa, etc. Nesse sentido, o autor confirma que as preposições essenciais portuguesas advieram de palavras locativas latinas, que passaram a “desenvolver um conjunto de noções abstratas complexo e sutil” (MATTOSO CÂMARA JR., 1985, p. 177).



Do mais concreto para o mais abstrato

É interessante frisar que as perspectivas de análise linguística centradas no uso – como o funcionalismo linguístico, por exemplo – apontam que a trajetória dos elementos gramaticais percorre uma passagem do mais concreto para o mais abstrato (TRAUGOTT; HEINE, 1991). Sob esse prisma, as relações espaciais – que representam, *a priori*, as experiências mais básicas que nosso corpo trava com o mundo físico – são cognitivamente mais

salientes que as temporais, que, por sua vez, são mais relevantes que as modais, que se situam apenas discursivamente.

No que tange às preposições locativas mais básicas, Mattoso Câmara Jr. (1985, p. 177) divide-as em dois conjuntos: estáticas e dinâmicas. Compreendem as primeiras a forma “em” (que apresenta um sentido mais geral – advinda do latim “in”), “entre” (latim “inter”), “sobre” (latim “super”) e “sob” (latim “sub”). Já as últimas englobam as noções de afastamento (“de” – do latim “de”), de percurso (“por” – latim “pro”, cuja forma evoluiu para “per”) e de direção (“a” – latim “ad”). Posteriormente, surgiram outras formas: a) “para”, que indicava uma direção definida – ideia de permanência –, através da aglutinação das formas “per + ad”; b) “contra”, representando a ideia de confronto; c) “com” e “sem”, trazendo as ideias de associação e isolamento, respectivamente.

Vale ressaltar que, no latim, havia um numeroso sistema de preposições – muito embora, com frequência, o sistema de casos dispensasse o uso de tais elementos –, que sofreu um processo de simplificação. A preposição “de”, no português, por exemplo, passou a dar conta de um número maior de casos, que antes eram expressos por três diferentes formas: “de”, “ab” e “ex”. Além disso, com a queda do sistema casual, “de” assumiu o caso genitivo. Na expressão “liber Petri” (o livro de Pedro), por exemplo, “Petri” passa, no português, a ser regido pela preposição “de”.

No latim clássico, a despeito de existirem preposições para melhor especificar o sentido de uma dada expressão, elas eram utilizadas somente no caso ablativo (que rege os adjuntos adverbiais) e no acusativo (que rege os objetos diretos). Nesse sentido, os casos genitivo (adjuntos adnominais) e dativos (objetos indiretos), que representam funções sintáticas preposicionadas no português, eram regidos exclusivamente pela desinência casual. Com o uso popular do latim, desde o início do império, “reinou a confusão entre o acusativo e o ablativo depois das preposições” (BASSETTO, 2010, p. 326). Por fim, o acusativo passou a não fazer mais uso das preposições, restando, no português, apenas nos casos em que o objeto direto é preposicionado, como no uso enfático “Ame a Deus”, por exemplo.

Quanto à categorização das preposições na língua portuguesa

Como vimos, as preposições essenciais do português originaram-se, sobretudo, de um profundo processo de simplificação dos advérbios, em que houve tanto a redução de forma quanto de sentido, através de processos fonéticos e morfológicos diversos. Excetuando-se esse aspecto – a estrutura das preposições a partir de sua transformação histórica –, encontram-se, no português, outras em contração com o artigo/pronome, em locuções com substantivos ou, inclusive, através de alguns adjetivos (segundo, conforme) ou participípios (salvo, exceto, durante).

Um traço característico da contração, segundo Mattoso Câmara Jr. (1985, p. 179), é a mudança morfofonêmica, na medida em que há alterações profundas no som e na forma de algumas preposições, como podemos observar, por exemplo, na contração “na” (preposição “em” + artigo “a”). No que tange às locuções prepositivas, Bassetto (2010, p. 329) expõe que, com a perda do caráter expletivo de algumas preposições latinas, houve a necessidade da inserção de novos elementos, dando margem às locuções, como: “a propósito de”, “em favor de”, “ao lado de”, entre outros.

Segundo Coutinho (1977, p. 269), o quadro *lato* das preposições portuguesas, advindas do latim, é o seguinte:

Quadro 11.7: Quadro lato das preposições portuguesas advindas do latim

a < ad.	em, em (arc.) < in.
ante < ante.	entre < inter.
após < a + pós < ad + post.	para < pera < per + ad.
até < ad + tenes.	per < per.
com < cum.	perante < per + ante.
contra < contra.	por < pro.
de < de.	sem < sine.
dês (arc.) < de + ex.	so (arc.) < sub (<i>sob</i> é reconstituição erudita).
desde < des + de < des + ex + de.	sobre < super.
escontra (arc.) < ex + contra.	trás < trans.

Atividade 2

Atende aos objetivos 1 e 2

Com base no conteúdo expresso na seção “Preposições” da presente da aula, responda às questões abaixo:

a) Segundo Mattoso Câmara Jr. (1985), como se originaram as noções de espaço, tempo e modo das preposições?

b) Tanto o latim clássico quanto o português apresentam um sistema de preposições. Comente de que forma o uso de tal classe gramatical se diferencia nas duas línguas.

Resposta comentada

a) Em um primeiro momento, surgiram as preposições locativas, que tinham como objetivo determinar melhor pontos no espaço (relações como “entre”, “sob”, “sobre”, etc.). Por metaforização/abstratização, as preposições locativas passaram a admitir noção de tempo (por exemplo: “chego em uma hora”) e depois passaram a atender às demais funções modais/discursivas (livro de Pedro – posse –, Sou de Brasília – origem –, etc.).

b) No latim, a preposição não era essencial à comunicação ordinária. As sentenças latinas poderiam ser expressas sem o uso de preposição – embora a categoria existisse no latim –, uma vez que a subordinação entre os termos oracionais era feita pela desinência casual. No português,

no entanto, como houve a queda do sistema casual, a subordinação entre alguns elementos passou a recair apenas nas preposições, que passaram, portanto, a ser de uso obrigatório.

Conjunções

Tanto no latim quanto no português, as conjunções classificam-se de modo análogo: ou são coordenativas – pois juntam elementos com uma mesma função – ou são subordinativas – “introdutoras de uma ou mais orações semântica e gramaticalmente dependentes de outra (dita principal), ainda que os limites entre os dois tipos não sejam bem definidos” (BASSETO, 2010, p. 330).

Do ponto de vista formal, as conjunções subordinativas se caracterizam “pela circunstância de só se aplicarem a orações, enquanto as coordenativas estabelecem conexão entre quaisquer constituintes da comunicação, sejam palavras, grupos lexicais ou orações” (MATTOSO CÂMARA JR, 1985, p. 183). Sendo assim, as conjunções subordinativas exercem, para a oração, função semelhante à que a preposição exerce frente às palavras ou construções lexicais.



As conjunções no indo-europeu

Segundo Bassetto (2010, p. 330), no indo-europeu, língua ancestral hipotética que filólogos e linguistas julgam ter originado várias línguas (dentre elas o latim), não existiam conjunções. Desse modo, o inter-relacionamento das orações no interior dos períodos era assindético, sendo promovido pela cadência tonal, as pausas e a ligação semântica entre as unidades. Aliás, de acordo com o autor (2010, p.330), essa é uma característica primitiva que pode ser observada no desenvolvimento de várias línguas.

Quanto à origem e evolução das conjunções

Como já dissemos, grande parte das conjunções se originaram de advérbios (SAID ALI, 1931, p. 233), como a forma “quando” (latim “quando”), “como” (latim “quomodo”), entre outros. Além do uso das formas simples, é comum observar também que outras conjunções foram formadas através da combinação de advérbios e outros elementos, em dois tipos de locuções: a) advérbio + partícula “que” (*logo que, sempre que, depois que, etc.*); b) locução adverbial regida por preposição e seguida de “que” (*de sorte que, de modo que, a fim de que, etc.*).

Embora com menos frequência, também se observam conjunções advindas de pronomes, nomes e preposição. Como exemplo, temos:

- a) a adjunção de preposição e pronome indefinido (*conquanto, enquanto*) – que posteriormente passou a admitir a partícula “que” (*enquanto que*);
- b) a recategorização do pronome relativo “que” – o qual passou a admitir uma multifuncionalidade na língua (conjunção subordinativa integrante, comparativa, causal ou consecutiva);
- c) a recategorização de adjetivo ou preposição (*conforme, segundo*).

Com a evolução do sistema de conjunções no latim, os recursos anteriormente empregados para garantir o inter-relacionamento das orações no interior do período (como a cadência tonal, as pausas e a ligação semântica das unidades) foram tornando-se menos eficazes à expressão, suscitando, assim, o surgimento de novas estruturas, que nomeamos “conjunções”.

No que se refere, especificamente, às conjunções coordenativas, “e” (do latim “et”) é a partícula principal, representando a cópula entre dois termos de uma mesma oração ou entre orações. Segundo Mattoso Câmara Jr. (1985, p. 186), no latim, havia outros elementos que exerciam a mesma função que “e”, mas o sistema foi reduzido a essa forma no latim vulgar. Somam-se à aditiva “e”, as noções complementares de “oposição”, “alternativa” e “conclusão”.

Para a ideia de oposição, “o latim vulgar desenvolveu o uso do advérbio ‘magis’ (*mais*) com uma ideia implícita de preferência” (MATTOSO CÂMARA JR., 1985, p. 186). Para a de alternância, fazia-se uso, no latim, tanto da conjunção “aut” – que se manteve no português (*ou*) – quanto da alternativa de negação “nec” (em português, “nem”).

Por fim, quanto à ideia de conclusão, ela ficou sendo expressa pela forma “pois” (advinda do advérbio “post”). Em relação às demais conjunções que conhecemos em nossa língua, essas se desenvolveram já no português clássico.

No que tange às conjunções subordinativas, embora o latim apresentasse uma ampla e complexa variedade de conjunções desse tipo, no português, houve uma remodelação profunda dessas estruturas. Segundo Mattoso Câmara Jr. (1985, p. 184), “o fato primacial foi o aparecimento da partícula ‘que’ como conjunção subordinativa por excelência, em homonímia com o pronome relativo ‘que’”. Nesse processo, “que”, tornando-se uma partícula multifuncional, passou a ser utilizado em diversos padrões frasais. Observe a categorização seguida de um exemplo:

- a) Conjunção subordinativa integrante: *sei que me telefonou ontem.*
- b) Conjunção subordinativa comparativa: *ela é mais alta que o irmão.*
- c) Conjunção subordinativa causal (preposição “por” + que): *Morreu porque bebeu demais.*
- d) Conjunção subordinativa consecutiva: *Bebeu tanto que desmaiou.*
- e) Formação de diversas locuções conjuntivas de sentidos variados: *já que, à medida que, conquanto que, etc.*

Além do “que”, Mattoso Câmara Jr. (1985, p. 185) também aponta a partícula “se”, que, além de manter a relação condicional já apresentada no latim, foi reinterpretada como conjunção integrante, como na sentença “não sei se vou contigo”.

Por fim, ainda a serviço da subordinação, temos as conjunções formadas pela aglutinação de preposição e pronome indefinido e por adjetivos ou preposições, como citamos previamente (*verbi gratia, enquanto, conquanto, segundo, conforme*).

Quanto à categorização das conjunções em português

No latim, como vimos, havia uma grande quantidade de conjunções, com usos bastante específicos. Com a evolução das línguas românicas, como o português, por exemplo, essa grande quantidade de formas foi sendo substituída por um sistema mais econômico – mas que, nem por isso, deixa de dar conta dos sentidos pretendidos por seus falantes –, que investe na multifuncionalidade de algumas palavras ou na formação de

outras novas, ora a partir de locuções, ora a partir da adjunção de elementos de uso frequente disponíveis no sistema linguístico.

Coutinho (1977, p. 270) apresenta o seguinte quadro de conjunções portuguesas herdadas do latim, que são bastante reduzidas, quando comparadas às preposições herdadas dessa língua.

Quadro 11.8: Conjunções portuguesas herdadas do latim

Conjunções coordenativas	Conjunções subordinativas
e < et.	que < quid.
ora < aora < ad + hora.	se < si.
nem < ne < nec.	ca (arc.) < quam (comparativa).
mas, mais (arc.) < magis.	ca (arc.) < qua por quia (causal).
porende (arc.) < pro + ĩnde (porém).	como < quomo < quomodo.
vel (arc.) < vel.	quando < quando.
ergo (arc.) < ergo.	
perém e perende (arcs.) < per + ĩnde.	
pero < per + hoc.	
todavia < toda + via.	
pois < post.	
também < tam + bene.	
ou < aut.	

Atividade 3

Atende ao objetivo 1

Com base no conteúdo expresso na seção “Conjunções” da presente aula, responda às questões abaixo:

a) Por que a partícula “que” é considerada um elemento multifuncional na língua? Dê exemplos com base no uso linguístico.

b) Pode-se dizer que o sistema de conjunções portuguesas, frente ao sistema latino, tem passado por um processo de simplificação. Por quê?

Resposta comentada

a) Porque admite várias funções. Além de pronome relativo, assumiu a função de conjunção subordinativa integrante, comparativa, causal e consecutiva, assim como passou a formar várias locuções conjuntivas na língua. Por exemplo:

- Eu espero *que* você esteja bem (conjunção subordinativa integrante).
- Esse livro é mais interessante *que* o primeiro (conjunção subordinativa comparativa).
- Saiu correndo *porque* estava atrasado (conjunção subordinativa causal).
- Comeu tanto *que* passou mal (conjunção subordinativa consecutiva).
- *Assim que* chegou, perguntou por você (locução conjuntiva de valor temporal).

b) O sistema de conjunções portuguesas investe na multifuncionalidade das palavras, haja vista o largo uso da partícula “que” junto a outros elementos disponíveis no sistema linguístico.



Conclusão

A construção de um profissional de letras vai além do conhecimento do atual estado de coisas da língua em estudo. Compreender a origem do idioma e seu processo evolutivo também constitui um importante arcabouço teórico, na medida em que o entendimento sobre o processo de mudança – tanto implementado quanto em curso – ajuda-nos a interpretar mais adequadamente os dados sincrônicos, a identificar tendências futuras e a aceitar a mudança e a variação linguísticas como fatos constitutivos das línguas naturais.

Nesse aspecto, compreender a evolução das classes invariáveis ajuda-nos a perceber os fatos de ordem linguística que acarretaram a transformação de uma língua sintética (latim) em outra analítica (português), assim como a antever prováveis mudanças. Os estudos diacrônicos desta aula, por exemplo, levam-nos a crer que as línguas naturais caminham, progressivamente, para um maior enrijecimento da sintaxe – há perspectivas, por exemplo, que apontam uma tendência de o português deixar de ser uma língua *pro-drop*, isto é, que admite ocultação de sujeito (ALMEIDA, 2013) – e para um processo de economia linguística, sem que tal simplificação do sistema incorra em perda da complexidade expressiva dos povos.

===== **Atividade final** =====

Atende aos objetivos 1 e 2

A partir dos conteúdos trabalhados nesta aula, julgue as asserções a seguir como sendo verdadeiras (V) ou falsas (F).

- a) () O latim clássico e o português dependem do uso de preposições em contextos bem semelhantes, com exceção do caso acusativo (objeto direto), que, no português, passou a utilizar preposição em raras circunstâncias (com objeto direto preposicionado).
- b) () As preposições tornaram-se obrigatórias na relação de subordinação entre termos oracionais nas línguas românicas – ao contrário do latim –, que contava com um complexo sistema de casos para as relações de subordinação.
- c) () A classificação de advérbios modais de Mattoso Câmara Jr. (1985) corresponde à perspectiva de grande parte dos gramáticos, como a de Nunes (1977), por exemplo.
- d) () Grande parte das conjunções portuguesas foram herdadas do latim. Outras, formadas no português, surgiram da adjunção de advérbios e a partícula multifuncional “que”.
- e) () Os advérbios latinos foram os principais responsáveis pela evolução de outras classes invariáveis, como a preposição e a conjunção.

Resposta comentada

a) (F) O latim clássico não dependia do uso de preposições, embora existissem preposições latinas. O sistema casual atendia às relações de subordinação na língua, sem que as preposições fossem obrigatórias.

b) (V) Com a queda do sistema casual, as relações de subordinação ficaram restritas às preposições, que, tornaram-se, portanto, obrigatórias.

c) (F) Mattoso considerava qualquer advérbio que não fosse dêitico como sendo “modal”. Nesse sentido, alguns advérbios de tempo – e de outras circunstâncias variadas – eram classificados como modais, como “já”, “sempre” e “tarde”, por exemplo.

d) (F) Na verdade, poucas conjunções foram herdadas do latim. Sua grande maioria se formou no português clássico. Essas, no entanto, não se formaram exclusivamente da adjunção de advérbios e partícula “que”, como também através de outros processos: locuções adverbiais + “que”; pronomes indefinidos + “que”; recategorização de preposições ou adjetivos (segundo, conforme).

e) (V) O estudo histórico comprova que as preposições são tão originadas de advérbios quanto grande parte das conjunções.

Resumo

Nesta aula, pudemos compreender alguns fatos de ordem linguística que ocasionaram a transformação de uma língua sintética (o latim) em outra analítica (o português e as outras línguas românicas). Nesse processo, as classes invariáveis – o advérbio, a preposição e a conjunção – exerceram papéis fundamentais. Dentre os fatos abordados, destacamos cinco pontos como sendo os mais relevantes:

a) Os advérbios representam a classe gramatical que deu origem às preposições latinas (e também prefixos, nos casos em que advérbios se aglutinaram aos verbos) e à boa parte das conjunções. Para Mattoso Câmara Jr. (1985), eles podiam ser de natureza pronominal – de função dêitica de espaço e tempo – ou nominal – de caráter modal. Vale ressaltar que, para Mattoso Câmara Jr. (1985), advérbios como “sempre”, “tarde”, que não são dêíticos, são classificados como modais em sua perspectiva (de modo contínuo, de modo tardio).

b) Embora o latim contasse com uma variada quantidade de preposições, a expressão das sentenças ordinárias era possível sem o uso desse elemento relacionador. Nesse sentido, as preposições eram utilizadas – não obrigatoriamente – apenas em dois casos latinos: o ablativo (caso do adjunto adverbial) e o acusativo (caso do objeto direto).

c) A partir do uso do latim vulgar, começou a haver uma diminuição das declinações latinas e a se fixar o uso das preposições para subordinar adequadamente os termos da oração. Já nas línguas românicas (como o português), houve a queda do sistema casual e as relações de subordinação passaram a ser feitas exclusivamente por preposições.

d) Embora, no português, as preposições sejam empregadas em um número maior de contextos que no latim, elas passaram por um processo de simplificação em nosso idioma. “De”, por exemplo, passou a assumir a função de duas outras (“ab” e “ex”). Ademais, Mattoso Câmara Jr. (1985) aponta que as preposições, originalmente, expressam relações espaciais. Nesse sentido, o autor (1985) nos esclarece que, por processo de metaforização, elas passaram a ser empregadas em relação ao tempo e, depois, às demais funções discursivas (posse, finalidade, meio, etc.).

e) Embora o latim contasse com uma variada gama de conjunções coordenativas e subordinativas, poucas conjunções latinas foram mantidas em nosso idioma, sendo grande parte delas formadas já no português clássico. A maioria foi originada de advérbios mais a partícula multifuncional “que” (advinda de pronome relativo); outras, a partir da adjunção de preposição e pronome indefinido (enquanto, conquanto) ou da recategorização de preposições e adjetivos (segundo, conforme).

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, analisaremos alguns dos aspectos sintáticos responsáveis pela perda do sistema de casos latinos e suas consequências para a estruturação da frase portuguesa.

Referências bibliográficas

BAGNO, Marcos. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

BASSETTO, Bruno Fregni. *Elementos de filologia românica*. Vol. 2. São Paulo: EdUsp, 2010.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Gramática histórica*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico S/A, 1977.

MATTOSO CÂMARA JR., Joaquim. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão Editora, 1985.

NUNES, José Joaquim. *Compêndio de gramática histórica portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1945.

SAID ALI, M. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1931.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs; HEINE, Bernd (eds.). *Approaches to Grammaticalization*. Vol. 1. Amsterdã: John Benjamins, 1991.

Aula 12

Aspectos linguísticos da evolução do latim
ao português: sintaxe diacrônica (Parte 1)

*Monclar Guimarães Lopes
Vanda Maria Cardozo de Menezes*

Meta

Apresentar, em perspectiva diacrônica, a estruturação básica das frases no período simples, com foco nas mudanças de ordem sintática, ocasionadas pela evolução do latim ao português.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar os principais aspectos relacionados à perda dos casos latinos e suas consequências para a estruturação da frase portuguesa;
2. analisar, através de exemplos, como se deu o desenvolvimento da sintaxe do latim até o português.

Introdução

Nas cinco últimas aulas, dedicamo-nos ao estudo da morfologia diacrônica – isto é, tivemos como foco o estudo da evolução das classes de palavras do latim ao português –, muito embora, em diversos momentos, tenhamos feito referência a aspectos sintáticos variados. Como sabemos, sendo a língua um sistema, o estudo de suas partes só é possível a partir de seu funcionamento, que se dá na manifestação no discurso. Desse modo, morfologia e sintaxe são dependentes, não podendo ser, portanto, dissociadas uma da outra. Afinal, a classificação de uma determinada categoria gramatical – como o substantivo, por exemplo – se dá na correlação de três aspectos: o morfológico, o semântico e o sintático.



Interdependência entre morfologia e sintaxe

Embora morfologia e sintaxe representem diferentes níveis de análise linguística, há, como sabemos, uma relação de dependência entre elas. De um lado, as classes de palavras realizam funções sintáticas prototípicas – no período simples, os substantivos, por exemplo, exercem funções argumentais, como as de sujeito, objeto e predicativo; os adjetivos, as funções de adjunto adnominal e predicativo; no período composto, as classificações das orações subordinadas – substantivas, adjetivas e adverbiais – já revelam o valor morfológico atribuído a essas estruturas sintáticas. De outro lado, o emprego de uma classe em uma diferente posição sintática acarreta uma reinterpretação de sua função morfológica. Na expressão *mulher aranha*, por exemplo, o substantivo *aranha* exerce a função de adjetivo na medida em que assume o valor de adjunto adnominal.

Nesta aula e ainda nas seguintes (Aulas 12-14), dando prosseguimento aos estudos diacrônicos, focalizaremos o estudo da sintaxe, mas sempre também observando as implicações morfológicas.

Vamos tratar nesta aula, especificamente, de cinco aspectos relacionados ao período simples no latim e no português, a saber:

1. a sistematização da ordem direta;
2. a composição dos predicados, a predicação verbal e seus complementos;
3. a polaridade das frases e seus conteúdos proposicionais;
4. a formação da perífrase verbo-nominal;
5. o padrão comparativo.

Inicialmente, retomaremos a discussão das consequências da queda do sistema casual para a sintaxe do português. Como já observamos, a perda dos casos latinos enrijeceu a sintaxe da língua lusitana. Hoje, a ordem SVO (sujeito-verbo-objeto) é a preferida no português, haja vista que as inversões podem acarretar incoerência ou ambiguidade (como vimos na Aula 11, no exemplo “matou o leão o tigre”). Paralelamente, a reorganização do paradigma sintático tornou necessário o emprego das preposições, muitas vezes dispensável no latim.

Em sequência, trataremos da composição dos predicados e seus complementos. Veremos que, no latim clássico, havia um predicado nominal em que não havia verbo de ligação, sendo estabelecida a diferença entre período e sintagma pela entoação. No que se refere ao predicado verbal, entenderemos, sobretudo, o porquê da inclusão das preposições para os objetos indiretos, antes inexistentes no latim.

Trataremos, ainda, da polaridade das frases e de seus conteúdos proposicionais, o que você certamente conhece como frases afirmativas, negativas e interrogativas. Você vai se surpreender ao saber, por exemplo, que, diferentemente do português, a dupla negação apresentava valor afirmativo no latim clássico (nesse sentido, uma frase como “não sei não” equivaleria a “sei”).

Vamos tratar também da formação da perífrase verbo-nominal. Veremos que, no latim, não existia a voz medial, por exemplo “ela se cortou” (apenas a ativa e a passiva).

E, ao final, vamos focalizar o padrão comparativo. Veremos que, em latim, só havia um grau comparativo do adjetivo: o de superioridade.

São todos, pois, fenômenos sintáticos e semânticos, com implicações morfológicas, que foram selecionados para compor esta aula, a fim de

propiciar que você conheça um pouco mais da história da nossa língua e possa compreender as motivações subjacentes aos diferentes fatos da língua portuguesa em nossos dias.

A sistematização da ordem direta

Conforme discutimos na última aula, no sistema flexional latino, as funções sintáticas eram indicadas pelas desinências casuais, o que permitia uma disposição mais livre para os termos na oração, caracterizando o latim como uma língua sintética. Muito embora houvesse a tendência para a colocação dos termos da oração em uma certa ordem – o sujeito tendia a iniciar a oração e o verbo a finalizá-la, por exemplo –, eles podiam ser reorganizados estilisticamente, de modo a garantir o ritmo e a musicalidade tanto na prosa quanto no verso. Como ilustração, Bassetto (2010, p. 342) cita a frase latina *Iulius amico donum praebet* – “Júlio dá um presente a seu amigo” –, que poderia ser reordenada em 24 disposições diferentes, sem que nisso houvesse alguma incoerência ou ambiguidade.

Com a queda do sistema de declinações, a ordem dos termos tornou-se necessária. As línguas românicas – como o português, por exemplo – passaram a organizar-se na ordem direta (sujeito – verbo – complementos). Paralelamente, começaram a se apresentar juntos os modificadores e modificados (sendo este último posposto ao primeiro), assim como os termos que se completam, uma vez que as reordenações poderiam incorrer em mudança de sentido ou ambiguidade. Nesse sentido, as línguas neolatinas tornaram-se analíticas.

Tomando a frase citada, em sua versão portuguesa, “Júlio dá um presente a seu amigo”, vejamos como a possibilidade de ordenação ficou restrita em português, daí falarmos em processo de “fixação da ordem”. A despeito de a frase ainda permitir ordens variadas, – *Júlio dá a seu amigo um presente; um presente Júlio dá a seu amigo; um presente dá Júlio a seu amigo*, etc. –, nem toda reordenação é possível. Dizer, por exemplo, *dá um presente a seu amigo Júlio*, sem o uso da vírgula para isolar o vocativo, acarreta mudança de sentido, pois passamos a interpretá-lo como o nome do amigo. Em latim, isso não ocorreria, uma vez que *Iulius*, estando no caso nominativo, só poderia ser interpretado como sujeito da oração.

De modo análogo, uma frase como *seu presente dá a Júlio amigo um* representa uma construção incoerente e malformada, visto que

corresponde a uma frase agramatical para a estrutura morfossintática do português.

Não obstante, vale ressaltar que, apesar de as línguas românicas terem passado a adotar a chamada ordem direta, elas não se tornaram rígidas, uma vez que se utilizam outros recursos linguísticos para garantir a expressividade e a liberdade de estilo.

No português, por exemplo, uma frase como *o leão matou o tigre* teria, num primeiro momento, seu sentido comprometido se alçássemos o objeto direto “o tigre” para antes do verbo – *o leão o tigre matou* –, na medida em que não conseguiríamos saber, com precisão, quem são o agente e o paciente da ação verbal devido à semelhança morfológica entre sujeito e objeto direto. No entanto, é possível reordená-los, pondo-se uma preposição antes do objeto (criando-se, assim, o que conhecemos como *objeto direto preposicionado*). Sob esse ponto de vista, *o leão ao tigre matou* é uma frase bem formada no português, mesmo apresentando inversão de ordem.

Da mesma maneira se comporta o romeno, que também faz uso desse recurso lingüístico nos objetos diretos, quando na ordem inversa. Como exemplo, Bassetto (2010, p. 343) cita a frase *Casa, pe care am cumpărat-o, am pierdut-o* [“A casa, que comprei, a perdi”], sendo “pe care” uma preposição seguida de pronome relativo cuja referência é um verbo transitivo direto (*cumpărare*).

Segundo Bassetto (2010, p. 343), essa liberdade na organização dos termos da oração, mesmo que relativa, é uma tendência natural das línguas, que visam à garantia da eufonia, do ritmo e da expressividade.

===== **Atividade 1** =====

Atende aos objetivos 1 e 2

Com base no conteúdo expresso no tópico 1, comente de que modo os dois versos latinos abaixo (e sua respectiva tradução), ambos extraídos de Bassetto (2010, p. 342), ilustram ser a ordenação do português mais rígida que a do latim.

Para tal, faça uso tanto da tradução quanto do glossário que traz a significação de cada vocábulo latino.

*Rura gelu tum claudit hiems nec semine iacto
concretam patitur radicem affigere terrae*

(Virgílio, II Geórgica, 317-318)

[O inverno então lacra os campos com gelo,
nem permite à semente atirada à terra fixar a raiz congelada.]

Glossário

Latim	Português	Latim	Português
affigere	afixar	claudit	lacra
concretam	congelada	gelu	com gelo
hiems	inverno	iacto	atirada
nec	nem	patitur	permite
radicem	raiz	rura	campos
semine	semente	terrae	à terra
tum	então		

Resposta comentada

Os versos latinos de Virgílio mostram uma ordenação bastante livre em virtude das declinações latinas. No latim, era comum que o sujeito iniciasse a oração e o verbo a finalizasse, aspectos que não encontramos em nenhum dos dois versos. Assim sendo, a escolha da ordem se deve, sobretudo, a fatores estilísticos, provavelmente relacionada às características rítmicas da linguagem poética. Nesse sentido, o latim apresenta uma ordenação sintática mais livre, que permite maior mobilidade para se atingir a eufonia na linguagem.

Já no português, embora haja uma certa liberdade na ordenação, ela é relativa. Na verdade, se traduzíssemos literalmente os versos, teríamos, em nosso idioma, uma frase relativamente incoerente – “campos com

gelo então lacra o inverno nem semente atirada/congelada permite raiz afixar à terra”, sendo necessária a reorganização dos termos (observe-se, inclusive, o fato de que o adjunto adnominal “congelada”, em português, não poderia estar separado de seu núcleo por um verbo). Em contrapartida, se tivéssemos de traduzir a versão portuguesa para a latina, seria possível fazê-lo mantendo-se a mesma ordem expressa na versão portuguesa: *hiems tum claudit rura gelu/nec patitur semine iacto terrae affigere radicem concretam*.

A composição dos predicados, a predicação verbal e seus complementos

Segundo Mattoso Câmara Jr. (1985, p. 233), o português e as demais línguas românicas conservaram o padrão frasal latino, em que se estabelece uma relação entre um “sujeito” e um “predicado”, termos essenciais que, por sua vez, foram tomados de empréstimo da gramaticologia grega. Quanto à função comunicativa, o sujeito representa o “tema”, o ponto de partida da oração. O predicado, por sua vez, corresponde à informação nova que se quer atribuir a esse tema.



A organização ordinária da sentença em sujeito e predicado atende ao que Chafe (1976) defende ser o estatuto informacional da sentença. Em sua perspectiva, para que o ouvinte assimile a informação pretendida, é necessário que o falante leve em conta o que está na mente do ouvinte. Nesse sentido, os sujeitos gramaticais costumam representar a informação compartilhada pelos interlocutores (ou o dado); enquanto os predicados, a informação nova (ou apenas o “novo”). Assim, na frase “Marta está grávida”, sendo “Marta” o ente conhecido por ambos interlocutores, o ouvinte, num primeiro momento, aciona-o em sua memória de longo prazo (tornando-o, portanto, uma informação compartilhada, um dado); num segundo, ele atribui a informação nova “está grávida” a esse mesmo ente.

Vale ressaltar que essa correlação entre dado/novo e sujeito/predicado é uma tendência – na medida em que assim funciona a comunicação ordinária –, mas não uma regra. Nesse sentido, é necessário relativizar a afirmação de Mattoso Câmara Jr. (1985, p. 233) dada no primeiro parágrafo dessa seção. Embora o sujeito costume representar o “tema”, o “ponto de partida”; e o predicado, a informação que se pretende atribuir a ele, é possível que os papéis se invertam. Como ilustração, tomemos a mesma frase: “Marta está grávida”. Tal oração teria uma interpretação contrária da que vimos se ela representasse a resposta à pergunta “Quem está grávida?”, por exemplo. Nesse caso, o predicado representaria o dado; já o sujeito, o novo.

Considerando a identificação de dois tipos de predicado em português – o predicado nominal e o verbal –, podemos dizer que o latim já apresentava seus predicados como sendo nominais ou verbais, conforme tivessem como núcleo um nome ou um verbo, respectivamente.

O predicado nominal

Na língua portuguesa, o predicado nominal é representado pela presença de um núcleo de função nominal, normalmente um adjetivo ou um substantivo, e um verbo de estado – a que a NGB dá o nome de “verbo de ligação”.



Verbos de ligação (também conhecidos como verbos copulativos) são assim conhecidos por terem como função principal a cópula entre sujeito e predicativo. Diferentemente dos verbos de ação, que são essenciais à significação, tais verbos são considerados mais “dispensáveis” para a interpretação das frases. Os verbos de ligação sempre apresentam uma ideia de *estado*. Os mais prototípicos são os seguintes:

Sentido	Verbos
Estado permanente	Ser, viver
Estado transitório	Estar, andar
Mudança de estado	Tornar, ficar
Estado contínuo	Permanecer, continuar
Estado aparente	Parecer

Como ilustração, citemos a sentença “o homem é bom”. Nesse tipo de predicado, considera-se o “nome” o núcleo da oração, devido à natureza não nocional do verbo. Nesse caso, poder-se-ia compreender a sentença mesmo na ausência desse elemento.

Embora, no latim clássico, também houvesse um predicado nominal, originalmente ele era construído sem verbos, sendo a relação entre sujeito e predicado estabelecida fonologicamente. Dessa forma, havia uma linha melódica ascendente no sujeito e outra descendente no predicado. Como exemplo, Mattoso Câmara Jr. (1985, p. 233) cita os termos latinos *homo bonus* [“O homem/bom”], que poderiam ser interpretados tanto como uma expressão nominal – substantivo qualificado por um adjetivo – quanto como uma oração [“O homem é bom”], conforme a entonação dada pelo falante. No entanto, ainda em latim, desenvolveu-se um padrão paralelo a esse, que consistia no estabelecimento de um nexos verbal com o verbo latino *esse* (“ser”), que se interpunha entre sujeito e predicado. Com a evolução das línguas românicas, este último modelo foi herdado – acredita-se que pelo fato de ele permitir a indicação temporal a partir das desinências verbais: *Homo bonus erat* [“O homem era bom”], *Homo bonus erit* [“O homem será bom”].

No português, o verbo latino *esse* (“ser”) se bipartiu nas formas “ser” e “estar”, que passaram a apresentar, isoladamente, aspectos contidos no elemento original. A forma portuguesa “ser” atende à relação de estado permanente; a forma “estar”, à de estado ocasional.

Desse modo, numa sentença latina como *contenti sumus quia vos et vestra filia valētis* (ALMEIDA, 2011), o verbo *sumus* (forma flexionada na primeira pessoa do plural do verbo *esse* – “ser”) seria traduzido como “estamos”, se considerada a relação ocasional expressa pelo contexto: *nós estamos contentes porque vós e vossa filha passais bem*.

O predicado verbal

No latim, os verbos cujas desinências número-pessoais se referiam à primeira ou segunda pessoa do discurso costumavam constituir orações de sujeito desinencial, sendo esse o padrão oracional latino – *amo eum qui me amat* [“(eu) amo aquele que me ama”], *scio id quod dicis* [“(eu) sei o que (tu) dizes”].

Nesse sentido, os pronomes pessoais *ego* e *tu*, que marcavam o caso nominativo para a representação da primeira e segunda pessoas do discurso na função de sujeito, só costumavam ser empregados “por uma redundância enfática ou como ‘vocativos’, numa comunicação isolada, ou numa frase de verbo inexpresso: *Ego bonus* – ‘eu sou bom’” (MATTOSO CÂMARA JR., 1985, p. 90). O mesmo não ocorria com a terceira pessoa, pois o pronome *ele* se desenvolveu posteriormente, já nas línguas românicas.

No latim, o sujeito em terceira pessoa – que representa a “não pessoa” (isto é, o ser/objeto de quem/que falamos) – apresentava-se ordinariamente através de um substantivo. Quando havia a necessidade de retomá-lo, normalmente se mantinha a elipse do sujeito ou, em condições particulares, aparecia um pronome demonstrativo com função anafórica. Como exemplo, podemos citar as seguintes sentenças (ALMEIDA, 2011, p. 570):

- a) *Julius Caesar ab uxore frustra admonitus est ut pericūlum vitaret* [Inutilmente foi Júlio César advertido pela esposa para que evitasse os perigos], em que a forma verbal *vitaret*, sozinha, atende à flexão de terceira pessoa;
- b) *homo Deum suum negavit. Perferat ille pro ea* [O homem negou o seu Deus. Ele sofrerá por isso], em que a forma *ille*, na verdade, corresponde ao pronome demonstrativo “esse”.

Segundo Mattoso Câmara Jr. (1985, p. 235) e Said Ali (1931, p. 164-165), de modo geral, a predicação verbal subdivide-se em três padrões no latim:

- intransitivo absoluto;
- intransitivo relativo;
- transitivo.

O padrão intransitivo absoluto corresponde à categoria que convencionalmente chamamos “intransitivo” em português, isto é, ao verbo que

concentra em si toda a significação verbal, sem a necessidade de complementos, como por exemplo: *ambulo* (ando), *relinquō* (saio), *sunt* (existem).

O intransitivo relativo corresponde ao verbo articulado com um substantivo no caso dativo (caso do objeto indireto), como por exemplo: *loquor puero* [“falo ao menino”], *dico puero* [“digo ao menino”] – vale lembrar que a preposição é empregada em português. No latim, a desinência do substantivo já indicava a função sintática.

Já o transitivo corresponde ao que conhecemos como transitivo direto, em que o verbo necessita de um substantivo no caso acusativo (objeto direto), como por exemplo: *video puerum* [“vejo o menino”], *poetae linguam Graciae amant* [“os poetas amam a língua da Grécia”], *coronae reginas ornant* [“as coroas ornamentam as rainhas”].

Com a queda do sistema casual, o dativo foi substituído pela locução de um substantivo regido pela preposição “a”. A partir daí, no português, a distinção de objetos diretos e indiretos passou a estabelecer-se na ausência ou presença da preposição, mecanismo que, segundo Mattoso Câmara Jr. (1985, p. 236), é falho, na medida em que é possível compor um objeto direto com preposição, conforme vimos anteriormente no exemplo *o leão ao tigre matou*. De modo análogo, o uso da preposição “a” criou uma certa confusão frente a alguns adjuntos adverbiais que também são iniciados por tal categoria gramatical, como no caso dos complementos circunstanciais em verbos de movimento: *vou à feira*, *cheguei a Paris*, etc.

Em relação aos complementos dos verbos transitivos ou intransitivos relativos, se eles fossem preenchidos por pronomes de primeira e segunda pessoa, assumiam a forma acusativa (ex.: *Video te* – “Vejo-te”) ou dativa (ex.: *Loquer tibi* – “falar contigo”). A terceira pessoa, quando não representada por um substantivo, era preenchida por um elemento demonstrativo, já que não havia pronomes de terceira pessoa no latim.

No português, as formas do acusativo e do dativo que atendiam aos pronomes de primeira e segunda pessoas do discurso passaram por um processo de redução (*me, nos, te, vos*), atendendo tanto aos objetos diretos quanto aos indiretos.

Posteriormente, tais formas se tornaram átonas e passaram a ser empregadas em circunstâncias enclíticas e proclíticas (por exemplo, *amo-te*; *não te amo*). Em contrapartida, o desenvolvimento do pronome oblíquo de terceira pessoa, no português, manteve-se nos dois diferentes casos: o dativo *illi*, segundo Coutinho (1977, p. 255), desenvolveu a forma

oblíqua “lhe” – associada à função do objeto indireto – e as formas acusativas *illum, illum, illos, illas*, conforme Mattoso Câmara Jr. (1985, p. 98), originaram os oblíquos *o, a, os, as*, usados na função de objeto direto.

Nesse sentido, os pronomes oblíquos de terceira pessoa representam, em nossa língua, um resquício do sistema de casos, na medida em que sua seleção se dá a partir das funções sintáticas que devem ocupar.

Não obstante, o português brasileiro acabou por diminuir a distinção entre o objeto indireto e o complemento circunstancial regidos pela preposição “a”. Enquanto no português europeu o “lhe” representa o uso corrente para o objeto indireto, o Brasil aceita a locução “a ele”, por exemplo: *falo-lhe, falo a ele*. Vale ressaltar que o inverso não ocorre, pois não se admite como complemento circunstancial a forma “lhe” (**Vou-lhe*).

Atividade 2

Atende aos objetivos 1 e 2

1. Com base nos conteúdos expressos na seção desta aula intitulada “A composição dos predicados, a predicação verbal e seus complementos”, responda às seguintes questões:

a) A seguir, há duas frases latinas seguidas de suas respectivas traduções. Fazendo uso de um dicionário latim-português, identifique qual delas apresenta construção semelhante ao predicado nominal na língua portuguesa. Justifique a sua resposta. Obs.: Você pode utilizar um dicionário *on-line* (como o *Glosbe*, por exemplo: <https://pt.glosbe.com/la/pt>).

Amici veri patriae thesaurus sunt.

[Os verdadeiros amigos são o tesouro da pátria.]

Alumni parvi

[Os alunos são insignificantes.]

os pronomes apresentavam formas tanto para o dativo (objeto indireto) quanto para o acusativo (objeto direto). No português, houve uma simplificação desse sistema, com as formas *me*, *te*, *nos* e *vos* atendendo a ambas as funções, com exceção do “o” e do “lhe”, que, desenvolvidos posteriormente, atendem separadamente aos casos objeto direto e indireto, respectivamente.

A polaridade das frases e seus conteúdos proposicionais

Segundo Bassetto (2010, p. 373), as frases latinas podem apresentar-se sob as polaridades afirmativa, negativa ou interrogativa. Paralelamente, podem distinguir-se em dois diferentes tipos quanto ao conteúdo que expressam:

- a) declarativas ou enunciativas (quando expressam uma simples declaração);
- b) volitivas (quando exprimem ordem, deliberação, desejo, concessão ou suposição).

A frase negativa

De acordo com Bassetto (2010, p. 373), a declaração afirmativa latina apresenta-se de modo análogo ao português – sem muitas diferenças estruturais –, na medida em que seus elementos são alinhados normalmente (salvo questões de ordenação sintática, que era mais livre no latim, conforme discutimos). Nesse sentido, passaremos a tratar especificamente da frase em suas polaridades negativa e interrogativa, uma vez que nossa aula tem como objetivo apontar as consequências da evolução da língua latina para a estruturação da frase portuguesa.

Segundo Martins (1996), no latim clássico, utilizava-se a partícula latina *non* (não) anteriormente ao verbo do mesmo modo que no português – por exemplo, *non ambulo* [“não ando”]. No entanto, se, numa mesma frase, dois elementos de negação coocorressem, o resultado seria uma proposição afirmativa.

Veja dois exemplos extraídos da autora (1996, p. 179), em que as palavras sublinhadas representam expressões de negação (cujos sentidos literais são *ninguém*, *não*, *nunca* e *nada*, respectivamente):

Nemonon benignus est sui iudex.

[Toda gente é juiz benigno de si mesma.]

Nunquam nihil agit.

[Está sempre a fazer algo.]

Contudo, segundo Martins (1996, p. 180), no latim vulgar, tornou-se comum um uso diferenciado da dupla negação, em que dois elementos negativos – um anterior e outro posterior ao verbo – reforçam a polaridade negativa da oração, por exemplo:

a) *Et nulla fontes aquém non abebat* [“E nenhuma fontes tinham água”];

b) *Iuria te non nociturum nemini* [“Jura que não farás mal a ninguém”].

Esse padrão, fixou-se em algumas línguas românicas, como o francês, por exemplo (*Je n'aime pas*).

De acordo com Mattoso Câmara Jr. (1985, p. 238), em princípio, o português não adotou o modelo de dupla negação. No entanto, tornou-se comum esse emprego nos casos em que um pronome indefinido de valor negativo (nenhum, ninguém, nada) assume uma função sintática diferente da de sujeito em uma frase negativa.

Observe alguns exemplos:

- Não sei de *nada*.
- Não vi *ninguém* na festa.
- Não encontrei *nenhum* deles.

Nas frases imperativas negativas, que indicam proibição, o latim fazia uso da partícula *ne* (não) acrescida de um verbo no perfeito do subjuntivo. No latim vulgar, no entanto, o perfeito foi substituído pelo presente do subjuntivo, modelo empregado hoje nas línguas românicas, como aponta Bassetto (2010, p. 375): “não chores!” (português), “no llores!” (castelhano), “no ploris” (catalão), etc.

A frase interrogativa

No português, a frase interrogativa é representada por uma linha ascendente. Nesse sentido, para se diferenciar a pergunta “Ele chegou atrasado?” da declaração “Ele chegou atrasado”, além da pontuação característica para a modalidade escrita, faz-se uso da modulação ascendente para o primeiro caso e o descendente para o segundo, na modalidade oral. Na verdade, o único padrão interrogativo do português que se assemelha ao modelo latino é aquele iniciado por um termo interrogativo (pronome ou advérbio): *Quid tantem te impedit?* [“O que afinal te impede?”] (BASSETTO, 2010, p. 373); *Ubi est liber?* [“Onde está o livro?”].

No latim, nas perguntas diretas – isto é, não iniciadas por termo interrogativo –, eram utilizadas duas partículas:

a) a enclítica “ne”, geralmente aglutinada à primeira palavra, quando havia a expectativa de resposta afirmativa: *Mosne maiorum?* [Por acaso, a tradição dos antepassados?] (BASSETTO, 2010, p. 373); *Estne frater tuus?* [“É teu irmão?”] (MATTOZO CÂMARA JR., 1985, p. 239);

b) “num” quando se esperava uma resposta negativa: *Profectio certe animum tuum non debet offendere. Num igitur remansio?* [“Certamente a partida não deve aborrecer teu espírito. Então porventura a permanência?”] (BASSETTO, 2010, p. 373). Posteriormente, na linguagem coloquial, “num” fora substituído pelo composto “numquid”: *Nunquid iratus es?* [“Porventura estás furioso?”] (BASSETTO, 2010, p. 374).

Segundo Bassetto (2010, p. 374), no período de baixa latinidade, a conjunção *si* (“se”) passou a introduzir uma interrogação sem o uso de nenhuma das partículas interrogativas: ... *interrogat episcopus... dicens: “Si bonae vitae est hic, si parentibus deferet, si ubriacus non est aut vanus”* [“O bispo pergunta... dizendo: ‘Se este é de vida correta, se respeita aos pais, se não é bêbado ou mentiroso’”].

Posteriormente, nas línguas românicas, tais partículas foram abandonadas, sendo a principal característica da pergunta a modulação na fala, em linha ascendente. Em algumas línguas, como o castelhano e o francês, no entanto, passou-se a exigir a inversão verbo-sujeito nas interrogações. Veja: *Eres tú Celestina?* (castelhano); *N’est-t-il pas encore arrivé?* (francês).

Alguns aspectos relevantes das frases declarativas e volitivas

No latim clássico, pode-se observar um emprego diferenciado dos modos verbais em alguns tipos de declarações (tanto afirmativas quanto negativas), o que apresenta um aspecto relevante para a compreensão da estrutura da frase portuguesa.

Conforme Bassetto (2010, p. 374), no latim, se o enunciador julgasse que sua declaração fosse *real*, ele fazia uso do verbo no modo indicativo – por exemplo, *Tiberio imperatōre, Judaei Jesum Christum necavērunt* (ALMEIDA, 2011, p. 577) – “Sendo Tibério imperador, os judeus mataram Jesus Cristo”. Se, por sua vez, considerasse que sua declaração fosse *potencial*, flexionava o verbo no subjuntivo presente ou perfeito – por exemplo, *Quis hoc dicat? Hoc sine ulla dubitatione dixerim dolorem malum non esse* (BASSETO, 2010, p. 374) – “Quem diria isso? Sem hesitação alguma diria que a dor não é um mal”.

Por fim, se avaliasse que a asserção fosse *irreal*, usava o imperfeito ou o mais-que-perfeito do subjuntivo – por exemplo, *Sine amicitia vita tristes esset. Haec Caesar nunquam fecisset neque passus esset* (BASSETO, 2010, p. 374) – “Sem amizade a vida seria triste. Tais coisas César nunca teria feito nem as teria suportado”.

Não obstante, no latim vulgar, as declarações potenciais se confundiram com as irrealis e, posteriormente, passaram a expressar-se através do futuro do pretérito do indicativo, a partir da concorrência entre o mais-que-perfeito do subjuntivo e o futuro do pretérito do indicativo – sendo este último originado da perífrase *infinitivo + habebam*. Por esse motivo, as frases declarativas latinas cujo conteúdo previsse uma perspectiva potencial ou irreal foram traduzidas no futuro do pretérito (como pudemos perceber na tradução dos exemplos do parágrafo anterior), que se tornou o padrão formal na expressão do português.



Você sabia?

Em nossa sincronia, concorre com o futuro do pretérito, o pretérito imperfeito do modo indicativo, tanto na forma simples quanto em perífrase com o verbo “ir”. Veja:

Se eu fosse você, eu *comprava* essa camisa.

Na verdade, eu já *ia dizer* isso.

Nas frases afirmativas designativas de “ordem” (de conteúdo proposicional volitivo), fazia-se uso das formas do imperativo. Porém, ainda no latim, o subjuntivo as substituiu na linguagem coloquial, conservando relativamente as formas de segunda pessoa. Por isso, é possível, nas línguas românicas, encontrar tanto as formas de segunda pessoa no subjuntivo quanto as do imperativo do latim clássico para designar ordem. Bassetto (2010, p. 375) cita, como ilustração, exemplos em Plauto (secs. III-II a.C) e Cícero (sec. I d.C): *taceas e maneas* (“cales-te” e “permaneças”), em vez de *tace e mane* (“cala-te” e “permanece”). Vale ressaltar que, no português, manteve-se esse padrão, na medida em que as formas de segunda pessoa do imperativo afirmativo se flexionam de modo diferente das outras pessoas do discurso – estas últimas se conjugam como no presente do subjuntivo. Veja:

- ama tu,
- ame você,
- amemos nós,
- amai vós,
- amem vocês.

No imperativo negativo, por sua vez, só o paradigma do subjuntivo permaneceu: “não ames tu”,

- não ame você,
- não amemos nós,
- não ameis vós,
- não amem vocês.

Atividade 3

Atende aos objetivos 1 e 2

Com base no conteúdo da seção desta aula intitulada “A polaridade das frases e seus conteúdos proposicionais”, responda às seguintes questões:

a) Transcrevemos a seguir dois períodos condicionais latinos extraídos de Almeida (2011, p. 342), cujos verbos tanto da oração subordinada adverbial condicional quanto da principal estão flexionados no imperfeito do subjuntivo. Na sua respectiva tradução, no entanto, observamos que apenas o tempo verbal da oração subordinada se mantém no imperfeito do subjuntivo, enquanto a oração principal se apresenta no futuro do pretérito do modo indicativo.

Explique como esse processo de mudança (do imperfeito do subjuntivo para o futuro do pretérito) se estabeleceu em nosso idioma.

Si virtutem usque colērete, beatus esset homo.

[Se praticasse sempre a virtude, o homem seria feliz.]

Si vocem habēres, nulla prior ales foret.

[Se tivesses voz, nenhum pássaro te superaria.]

b) Transcrevemos a seguir duas frases latinas, sendo a primeira pertencente à modalidade clássica e a última à modalidade vulgar (MARTINS, 1996, p. 179-180).

Observando-se as partículas negativas destacadas e o sentido atribuído a cada uma das sentenças, comente como esses dois paradigmas se diferenciam e aponte aquele que se assemelha a um dos padrões de negação em português.

Quae res etiam nonnullam afferebat deformitatem.

[Aquela coisa trazia-lhe mesmo alguma deformidade.]

Neminem nihil mulieribus boni facere oportet.

[Ninguém deveria fazer-lhes nada de bom.]

o latim apresentava partículas específicas para perguntas diretas: *ne* e *num* (ou *numquid*), conforme a expectativa de resposta fosse afirmativa ou negativa, respectivamente. “Ne” normalmente se aglutinava ao verbo (*Estne frater tuus?*), enquanto “num” apenas iniciava a sentença (*Num igitur remansio?*). Nas línguas românicas, essas partículas deixaram de existir, mas passou a ser comum a inversão entre verbo e sujeito em algumas línguas, como no castelhano (*És ella la tu hermana?*). No português, no entanto, a interrogação, nas perguntas diretas, se identifica na modulação ascendente da frase.

A formação da perífrase verbo-pronominal

O indo-europeu, que deu origem ao latim, dividia-se em três vozes verbais (ou **diáteses**): ativa, média e passiva.

Diátese

Segundo Macambira (1978, p. 61), diáteses (ou vozes do verbo) são as formas que o verbo assume para indicar sua relação com o sujeito, encarado como agente, paciente ou apenas envolvido no processo.

A voz ativa e passiva, de modo geral, corresponde ao modelo convencional. Mattoso Câmara Jr. (1985, p. 171) caracteriza a voz medial como uma diátese que marca “participação intensa do sujeito no que o verbo expressa, passando-se por extensão à ideia de um sujeito paciente”.

No latim clássico, embora não houvesse a voz medial, ainda existia um certo número de verbos com esse tipo de flexão (chamados de depoentes), cujo uso era semelhante à voz passiva: utilizava-se um verbo auxiliar de **aspecto permansivo**, como *esse* (“ser”), acrescido do participio perfeito do pretérito.

Aspecto permansivo

Por aspecto permansivo, entende-se o verbo cujo processo está concluso e apresenta um resultado permanente. Como vimos, *ser* apresenta ideia de *estado permanente* e, por isso, figura entre os verbos permansivos.

Embora a estrutura de tais verbos fosse semelhante à expressão passiva, eles apresentavam significação ativa. Veja o seguinte exemplo, cuja expressão destacada, embora represente *participio + verbo auxiliar* “ser”, é traduzida com sentido ativo (*esforçara-se*):

Dux culmina occupare conatuserat.

[O general esforçara-se por ocupar as alturas.]

(ALMEIDA, 2011, p. 580)

Posteriormente, ainda no latim clássico, começou-se a abandonar a flexão medial em favor da flexão ativa. A partir daí, criou-se uma perífrase de um verbo ativo combinado com o pronome pessoal oblíquo,

correspondendo a uma estrutura típica das línguas românicas, por exemplo: *esqueço-me; queixo-me, lembro-me*, etc.

O padrão comparativo

O latim, assim como o português, apresentava um padrão comparativo e outro superlativo para os adjetivos. Entretanto, no que tange ao grau comparativo latino, havia apenas a comparação de superioridade, que era expressa de maneira sintética. Nesse sentido, no lugar do uso do advérbio “mais” e da conjunção subordinativa comparativa “que”, tal idioma apresentava uma desinência especial, *-ior* ou *-ius*, que se aglutinava ao radical do adjetivo.

Nesse padrão, o segundo substantivo se apresentava no caso ablativo. Veja alguns exemplos, extraídos de Almeida (2011, p. 532):

Equus fortior asino.

[O cavalo é mais forte que o burro.]

Lepões tímidos canibus.

[As lebres são mais tímidas que os cães.]

Posteriormente, ainda no latim, passou-se a empregar a partícula *quam* (“que”) após o adjetivo, modelo que foi adotado pelo português. Além disso, em nossa língua, retirou-se a desinência latina aglutinada ao adjetivo, passando-se a fazer a comparação analiticamente com o advérbio de intensidade “mais”, que já era comum no latim nos casos de comparação verbal, como no exemplo: *miror magis quam invideo* – “admiro mais do que invejo” (MATTOSO CÂMARA JR., 1985, p. 242).

Uma vez que se passou à comparação analítica com o advérbio de intensidade *mais*, criaram-se por analogia, no português, comparações de inferioridade (com o advérbio *menos*) e de igualdade (através do conjunto tão... como/ tanto... quanto).

Atividade 4

Atende ao objetivo 1

Com base no conteúdo expresso nas seções desta aula intituladas “A formação da perífrase verbo-pronominal” e “O padrão comparativo”, responda às seguintes questões:

a) Como se deu a formação da perífrase verbo-pronominal nas línguas românicas?

b) De que modo o grau comparativo dos adjetivos no português se difere do modelo latino?

Reposta comentada

a) Com a queda da flexão medial, em que o verbo, embora expresse uma ideia ativa, associa ao sujeito certa noção paciente (reforçando a ação), as línguas românicas começaram a desenvolver um padrão de perífrase em que há um verbo seguido de pronome oblíquo, cuja função é semelhante à voz medial do indo-europeu. Exemplos: lembrar-se, queixar-se, entre outros.

b) Num primeiro momento, difere-se pelo fato de manifestar-se analiticamente. Há a presença do advérbio de intensidade “mais” antes do verbo, enquanto, no latim, havia uma desinência para representar a comparação. Ademais, o latim apresentava apenas a comparação de superioridade. Em português, com o grau analítico, pôde-se fazer uma analogia com outras formas adverbiais, criando-se assim as comparações de inferioridade e de igualdade.

Conclusão

As mudanças linguísticas não são casuais nem desconexas. Vários são os fatores que impulsionam a evolução linguística, sendo essa incontornável para qualquer usuário ou instituição social. Embora o usuário natural tenha a impressão de que a organização sintática de sua língua se manterá indefinidamente do mesmo jeito, os estudos linguísticos em diacronia, através de longas e variadas investigações, já concluíram que toda língua natural está “à deriva”, no sentido de que sua evolução se dá *ad eternum*.

Muito embora não seja possível manter um idioma em um determinado estado de coisas, podemos buscar compreender por que nossa língua e outras afins se organizam de determinado modo e, a partir daí, reconhecer certos padrões. Tal conhecimento representa uma competência fundamental ao profissional de letras, na medida em que lhe permite interpretar boa parte dos fatos linguísticos.

Atividade final

Atende aos objetivos 1 e 2

A partir do conhecimento adquirido nesta aula, julgue as proposições abaixo como sendo verdadeiras (V) ou falsas (F):

- a) () A frase portuguesa “Visitarei Brasília amanhã” serve-nos para ilustrar que a língua portuguesa permite uma livre ordenação dos constituintes, na medida em que, quaisquer que fossem as combinações entre tais elementos, formar-se-ia uma sentença eufônica e bem formada para os critérios de nossa gramática.
- b) () O predicado nominal constituído de verbo nocional e predicativo se originou no português, pois, no latim, a relação entre sujeito e predicativo era estabelecida exclusivamente por recursos fonológicos.
- c) () O pronome de terceira pessoa se desenvolveu nas línguas românicas. No latim, no que se refere aos pronomes designativos de pessoa, havia apenas as formas relativas ao “eu” (*ego*) e ao “tu” (*tu*).
- d) () Os pronomes oblíquos átonos “o” e “lhe”, respectivamente, continuam apresentando, no português, um processo semelhante aos casos latinos, na medida em que o primeiro só preenche o papel de objeto direto e o último, de indireto.

- e) () O futuro do pretérito do indicativo formou-se a partir da perífrase *infinitivo + habebam*, que foi um empréstimo das declarações em perspectiva potencial e real do latim.
- f) () A frase interrogativa portuguesa tem como principal característica a modulação ascendente, enquanto algumas outras línguas românicas apresentam uma construção diferenciada na formulação das perguntas.
- g) () No latim clássico e no latim vulgar, a dupla negação apresentava diferente significação. No primeiro, uma negação anulava a outra, resultando em uma proposição afirmativa; na última, uma negação reforçava a outra. No português, no entanto, não há o recurso da dupla negação.
- h) () A perífrase verbonominal desenvolveu-se ainda no latim clássico. Já o grau comparativo de inferioridade e o de igualdade se desenvolveram no português.

Resposta comentada

- a) (F) Embora a frase “Visitarei Brasília amanhã” possibilite qualquer ordem para seus constituintes, essa reordenação não é livre para todas as frases do português, que se classifica como sendo uma língua analítica. Existem vários exemplos, como o citado “O leão matou o tigre”, em que a mera reorganização dos termos implica mudança de sentido ou ambiguidade.
- b) (F) Embora no latim existisse o predicado nominal sem verbo de ligação expresso, o modelo que utilizamos hoje no português se originou ainda no latim.
- c) (V) No latim, para designar terceira pessoa, fazia-se uso dos pronomes demonstrativos (e não dos pessoais) ou simplesmente da elipse, quando não se queria mencionar o substantivo a que o verbo se referia.
- d) d) (V) Sim, devemos lembrar, inclusive, que “o” se originou dos pronomes demonstrativos flexionados no caso acusativo (objeto direto) e “lhe”, no dativo (objeto indireto).
- e) (F) O futuro do pretérito formou-se, sim, a partir da perífrase *infinitivo + habebam*. No entanto, essa forma se desenvolveu posteriormente, e não tomou como empréstimo as declarações potenciais ou irrealis, que se utilizavam do modo subjuntivo.

f) (V) Algumas línguas românicas exigem a inversão sujeito-verbo na formulação de interrogações.

g) (F) Toda afirmação feita sobre a dupla negação no latim clássico e no vulgar é verdadeira. No entanto, no português, admite-se, sim, a dupla negação, como no caso dos pronomes indefinidos de valor negativo em função de complemento.

h) (V) O latim já apresentava esse padrão, como podemos ver no exemplo *clamor se tollit in auras* [“Um amor se ergue aos céus”], verso de Virgílio (MATTOSO CÂMARA JR., p. 185, p. 172). Paralelamente, o português desenvolveu novos valores para o grau comparativo, por analogia ao advérbio “mais”.

Resumo

Nesta aula, pudemos compreender algumas das consequências da evolução do latim para a estruturação do período simples na língua portuguesa. Dentre os fatos abordados, destacamos os pontos mais relevantes, a saber:

a) O sistema casual latino permitia uma maior liberdade de ordenação dos termos oracionais, na medida em que as desinências eram responsáveis por identificar a função sintática dos elementos. Nesse sentido, era considerado uma língua sintética. O português, no entanto, com a perda do sistema casual, passou a apresentar uma ordem mais fixa – analítica –, muito embora ainda apresente bastante mobilidade para seus constituintes.

b) A frase latina também se dividia em sujeito e predicado, subdividindo-se este último em *nominal* ou *verbal*. Entretanto, vale ressaltar algumas importantes diferenças entre os dois idiomas:

I. o predicado nominal, no latim, podia se manifestar sem a presença de um verbo de ligação;

II. no predicado verbal, o complemento do verbo intransitivo relativo (do caso dativo) passou a ser preenchido por um substantivo regido pela preposição “a”. Com a queda do sistema casual, os objetos diretos e indiretos passaram a diferenciar-se apenas pela presença da preposição – sendo possível, contudo, a existência de

um objeto direto preposicionado com as mesmas características. Paralelamente, o substantivo regido por preposição se assemelhou ao complemento circunstancial dos verbos de movimento em português (por exemplo: “vou a Paris”).

- c) No latim, só havia pronomes designativos de primeira e segunda pessoas. A terceira pessoa era expressa ou por um substantivo no nominativo ou por um pronome demonstrativo. O desenvolvimento de um pronome de terceira pessoa ocorreu já nas línguas românicas.
- d) O paradigma latino que apresentava formas diferentes para os pronomes oblíquos de primeira e segunda pessoas sofreu redução, apresentando uma única forma – para cada pessoa do discurso – para atender aos dois casos (me, te, nos, vos). O pronome oblíquo de terceira pessoa, no entanto, originou-se de modo bipartido do demonstrativo latino, oferecendo uma forma específica para o objeto direto (“o”, “a”) e outra para o objeto indireto (“lhe”), mantendo-se, assim, a relação primária de acusativo e dativo, respectivamente.
- e) No latim, havia partículas formadoras de frases interrogativas para as perguntas diretas – que não utilizavam pronome ou advérbio interrogativo. Nas línguas românicas, no entanto, essa partícula caiu em desuso. Alguns idiomas, na formulação de perguntas diretas, invertem a ordem sujeito-verbo. O português, no entanto, apenas faz uso da modulação ascendente nesse tipo de frase.
- f) A dupla negação portuguesa tem sua origem no latim vulgar, que já apresentava o segundo elemento negativo como um reforço do primeiro –ao contrário do latim clássico, cuja dupla negação acarretava uma proposição de polaridade afirmativa.
- g) As declarações em perspectiva potencial ou irreal, no latim, apresentavam-se em tempos verbais do modo subjuntivo. Ainda no latim, no entanto, surgiu a perífrase *infinitivo + habebam*, que acabou por substituir esse padrão, dando formação ao futuro do pretérito.
- h) A perífrase verbo-pronominal (*lembrar-se, queixar-se*, etc.) desenvolveu-se no latim a partir de uma diátese que caiu em desuso: a flexão medial.
- i) O grau comparativo de superioridade do adjetivo, no latim, era expresso sinteticamente, isto é, através de uma desinência aglutinada ao adjetivo. No português, a comparação de superioridade passou a ser expressa analiticamente através do advérbio de intensidade “mais”

seguido de adjetivo. Por analogia, o português construiu os comparativos de inferioridade e de igualdade, com as formas *menos* e *tão... como*, respectivamente.

Leitura recomendada

Para aprofundar os assuntos abordados nesta aula, recomendamos o livro *Ensaio em sintaxe diacrônica do português*, da professora Ilza Ribeiro, publicado pela EdUFBA, em 2015. Nesta obra, a professora baiana discute diversos temas relacionados à sintaxe diacrônica do português. O volume reúne publicações feitas ao longo da sua carreira, em formato de artigos e de capítulos de livros.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, daremos prosseguimento ao estudo do período simples, observando os processos de perda na sintaxe latina e suas consequências no desenvolvimento da língua portuguesa, com foco nas questões referentes à colocação, à concordância e à regência. Até lá!

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática Latina*. 30ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

BASSETTO, Bruno Fregni. *Elementos de filologia românica*. Vol. 2. São Paulo: EdUsp, 2010.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Gramática histórica*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico S/A, 1977.

CHAFE, Wallace L. Givenness, Contrastiveness, Definiteness, Subjects, Topics and Point of View. In: LI, C. *Subject and Topic*. New York: Academic Press, 1976.

MACAMBIRA, José Rebouças. *A estrutura morfo-sintática do português*. Rio de Janeiro: Livraria Pioneira, 1978.

MARTINS, Ana Maria. Aspectos da negação na história das línguas românicas. (Da natureza de palavras como nenhum, nada, ninguém). In: *Actas do XII encontro da APL*. Vol. II. Braga: Universidade do Minho, 1996, p. 179-209.

MATTOSO CÂMARA JR., Joaquim. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1985.

SAID ALI, M. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 2ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1931.

Aula 13

Aspectos linguísticos da evolução do latim
ao português: sintaxe diacrônica (Parte 2)

*Monclar Guimarães Lopes
Vanda Maria Cardozo de Menezes*

Meta

Apresentar, em perspectiva diacrônica, como os processos de perda da sintaxe latina afetaram os padrões de colocação, regência e concordância em português.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar como os processos de perda da sintaxe latina afetam os padrões de colocação, regência e concordância em português;
2. analisar, por meio de exemplos, como se deu a transformação dos padrões sentenciais do latim até o português.

Introdução

Como abordamos na aula anterior, a colocação dos constituintes na frase era absolutamente “livre”, do ponto de vista gramatical, em latim. Embora houvesse uma ordem predileta – SOV, isto é, sujeito-objeto-verbo –, a posição dos termos da oração não era determinante para a função sintática, na medida em que o sistema casual permitia a sua livre disposição, motivada, quase sempre, por fins estilísticos: a liberdade de colocação promovia ritmo e musicalidade aos versos latinos.

A queda do sistema casual teve como consequência certo enrijecimento na ordem dos constituintes dentro da sentença do português, de modo que a ordenação sintática aleatória passou a acarretar alteração de sentido ou, até mesmo, agramaticalidade. Assim sendo, em português, não podemos ordenar os constituintes de qualquer modo, sob a ameaça de construirmos frases que não expressam o sentido pretendido (*O tigre matou o leão* no lugar de *O leão matou o tigre*) ou formam segmentos caóticos (*menino o chutou bola a*).

Tal mudança representou uma profunda reorganização da língua latina – e, conseqüentemente, influenciou a estrutura das línguas românicas, como o português, por exemplo –, afetando não apenas a colocação dos termos na frase como também os padrões de regência e concordância.

Esses aspectos são o objeto de estudo desta aula, que está organizada em três seções, a saber: 1) sintaxe de colocação; 2) sintaxe de regência; 3) sintaxe de concordância. Bons estudos!

Sintaxe de colocação

Segundo Bechara (2004, p. 581), a sintaxe de colocação ou de ordem “é aquela que trata da maneira de dispor os termos da oração e as orações dentro do período”. Em relação à ordenação dos constituintes do português, o autor aponta para os seguintes padrões de colocação, que correspondem a uma ordem considerada *direta*, *habitual* ou *usual*:

- a) adjunto preposicionado depois de seu substantivo (*a tela do computador*);
- b) adjunto adjetivo depois do seu substantivo (*menina bonita*);
- c) adjunto não representado por adjetivo (artigo, pronome adjunto, quantificadores) antes do substantivo (*a tela do computador*);

- d) verbo depois do sujeito, não havendo passiva com o pronome “se” (Marcos *trouxe-me* um pudim);
- e) complemento verbal depois do verbo (Marcos *trouxe-me um pudim*);
- f) objeto indireto antes do direto, quando constituído por pronome (Marcos *trouxe-me* um pudim).

Dentre os padrões apresentados por Bechara (2004), destaca-se o da colocação do verbo depois do sujeito. Enquanto, no português, a ordem direta apresenta padrão SVO (sujeito-verbo-objeto), no latim, o verbo era colocado normalmente no fim, e o sujeito, muitas vezes no início. Essa tendência, porém, não se verificava quando se pretendia salientar um dos elementos constituintes ou quando se queria obter certos efeitos **eufônicos** ou expressivos.

Eufônicos

Que tem eufonia. Por *eufonia*, entende-se o efeito acústico agradável e suave, especialmente pela combinação de certas palavras. Opõe-se à *cacofonia*, em que uma sequência de sons de palavras justapostas forma um som desagradável ou ambíguo.

Como a inversão dos constituintes pode alterar o sentido ou causar ambiguidade/incoerência, a ordem direta (sujeito-verbo-objeto) – com modificadores pospostos aos modificados e juntos os termos que se completam – tornou-se necessária na sintaxe das línguas românicas. Pontes (1987), em pesquisa diacrônica sobre a ordem dos constituintes no português em documentos remanescentes, chegou à conclusão de que essa mudança na ordem dos constituintes já estava completa no português arcaico. Embora as desinências casuais tenham se esvaído ainda no latim, sabe-se que, no *sermo plebeius* (latim vulgar), não se seguia ainda uma ordem rígida na colocação dos termos da frase, característica que pode ser verificada também nas línguas românicas no período medieval, de sintaxe mais livre.

A ordenação, portanto, foi se fixando com o tempo, gradativamente, em virtude de uma necessidade analítica do sistema linguístico, que deixou de contar com as desinências que garantiam a expressão/identificação das funções sintáticas. Como exemplo, podemos apresentar os sintagmas preposicionais em função de adjunto adnominal (Casa *de Pedro*), que devem vir, necessariamente, pospostos ao nome a que estão subordinados – e nunca antes –, ao contrário do latim. Nessa língua, em que a ordem era livre, um adjunto adnominal representado pelo caso genitivo podia tanto suceder quanto anteceder seu núcleo (*columbae penna/pennae columbae* – as penas *da pomba*).



A mudança na sintaxe das línguas românicas – da síntese para a análise –, como tudo no sistema linguístico, dá-se de maneira gradual, e não instantaneamente. Algumas pesquisas recentes da descrição do português, por exemplo, atestam que esse processo ainda está em curso. Encontramos em nossa sincronia, por exemplo, fartas ocorrências de orações relativas (adjetivas) copiadoras, em que o termo regente é retomado na oração subordinada por um pronome-cópia (Esse é um filme que eu gosto muito *dele*). Segundo Bagno (2001), nesse caso, perde-se a síntese (promovida pelo pronome relativo “que”) e recorre-se à análise pela repetição do referente na posição típica do objeto.

É importante frisar, no entanto, que a fixidez na sintaxe do português é relativa, como bem aponta Câmara Júnior (1985), na medida em que existem fatores de natureza estilística em jogo – e não apenas os de ordem gramatical. A posição do adjetivo no sintagma nominal, por exemplo, embora seja normalmente a de posposição ao núcleo do SN (ordenação menos marcada, funcionalmente motivada por representar a posição de informação nova), poderá ser de anteposição ao nome, alternância que acarreta diferentes propriedades funcionais. Sabemos, por exemplo, que dizer “um homem grande” ou “um grande homem” normalmente implica diferença de sentido: no primeiro caso, tem-se um sentido mais concreto (referente ao tamanho do homem); no segundo, um sentido mais subjetivo (referente à importância do homem). De acordo com Bassetto (2010, p. 344), essa ordenação do adjetivo é herança do indo-europeu, que se manteve no latim e nas línguas românicas.



Por marcação, entende-se o princípio pelo qual as estruturas menos neutras se distinguem de outras mais neutras (mais frequentes na língua). Segundo o *Dicionário de Linguagem e Linguística* (TRASK, 2006, p. 187), “em termos gerais, é *marcada* qualquer

forma linguística que é – sob qualquer ponto de vista – menos usual ou menos neutra do que alguma forma, a forma *não marcada*.” Desse modo, podemos conceber que a ordem direta dos termos da oração representa a forma não marcada, e por isso, mais frequente e esperada na língua. Por ser mais esperada, a estrutura não marcada costuma ser menos complexa (com menos quantidade de forma e cognitivamente mais simples). Se compararmos uma oração ativa com uma passiva, por exemplo, observaremos que esta (marcada) apresenta uma maior quantidade de formas que aquela (não marcada).

A mudança na ordem direta, segundo o princípio de marcação, deve ser tomada como funcionalmente motivada. A posição prototípica do sujeito à esquerda do verbo está associada ao fato de o sujeito representar, com frequência, a informação compartilhada. Quando, por sua vez, o sujeito sintático ocupa o estatuto de informação nova (como ocorre nos verbos apresentacionais *haver e acontecer*, por exemplo), é natural que o verbo seja tomado como tema e seu sujeito venha à sua direita (*Há muita gente aqui/Aconteceu uma festa de arromba*).

Mas há casos de posposição do sujeito que estão associados a questões de ordem estilística/retórica, como se pode observar no **gongorismo** no século XVII, em que um poeta seiscentista português faz uso da seguinte construção em seus versos para referir-se à lenda de que o deus Mercúrio converteu o tagarela Bato em pedra: “Bato que em dura pedra converteu/Mercúrio pelos fatos que revela” (cf. CÂMARA JR., 1985, p. 76).

Já a colocação pronominal no português atual se caracteriza por mudanças mais recentes, havendo, inclusive, divergências entre as variedades brasileira e portuguesa.

No português arcaico, o pronome oblíquo não era uma partícula que apenas circundava o verbo (eu *o* via; via-*o*; vê-*lo*-ia), na medida em que podia deslocar-se para antes do sujeito, por exemplo: “Tanto que lhêu este cantar oi” (cf. NUNES apud CÂMARA JR., 1985, p. 254), que poderia significar “assim que este cantar lhe ouvi”.

Já no português moderno, a posição sintática do pronome oblíquo é restrita a três posições determinadas pelo verbo: próclise, ênclise e mesóclise. A variedade europeia do português favorece a ênclise;

Gongorismo

Por gongorismo, entende-se um estilo literário associado ao período Barroco, cujo principal expoente foi o poeta espanhol Luis de Góngora y Argote (1561-1621). O estilo caracterizou-se, sobretudo, pelo emprego exagerado de palavras eruditas, inversões na ordem sintática das frases e abundância no emprego de figuras de linguagem.

a brasileira, a próclise. Segundo Câmara Jr. (1985, p. 254), “a divergência é particularmente aguda em início de frase, que em Portugal nunca se abre por um pronome pessoal clítico. Ao contrário, no Brasil, a disciplina gramatical estabeleceu artificialmente essa colocação como regra na língua escrita”. Tal padrão pode ser percebido, inclusive, em formas verbais perifrásticas. A posição do pronome átono entre as duas formas verbais manifesta-se como próclise no Brasil (Tinha *me* dito) e como ênclise em Portugal (Tinha-*me* dito). Segundo Câmara Jr. (ibidem), a posição enclítica só é natural no Brasil quando se trata da partícula pronominal “se”, na dita voz passiva sintética: “Vende-se este apartamento”.

Atividade 1

Atende aos objetivos 1 e 2

1. Observe as duas versões de período:

I - Assim que Maria chegou à casa mal-assombrada, abriu a porta.

II - Assim que Maria chegou à casa mal-assombrada, a porta abriu.

a) Levando-se em consideração a posição do termo “a porta” nas duas orações, podemos atribuir-lhes funções sintáticas distintas? Justifique.

b) Qual é a diferença no efeito de sentido caso consideremos que, nas duas frases, o termo “a porta” possui funções distintas? Em alguma delas, tem-se como efeito de sentido um possível mistério? Justifique.

c) No latim, haveria também mudança na função sintática apenas pela mudança na ordem dos constituintes? Justifique.

2. A colocação pronominal no português moderno se dá do mesmo modo que no português arcaico? Explique.

Resposta comentada

1. a) Sim, embora a função sintática dos termos possa ser determinada pelo contexto de uso, normalmente, na primeira oração, seria atribuída a função de objeto direto a “porta” (sendo “Maria” um sujeito elíptico para a segunda oração). Na segunda oração, por sua vez, seria atribuída a função de sujeito.

b) Na primeira, a ideia expressa é a de que a própria Maria abriu a porta; na segunda, a ideia é de que a porta abriu sozinha. No segundo caso, cria-se um efeito de mistério, já que podemos imaginar que forças sombrias abriram a porta (já que ela não pode abrir a si mesma);

c) Não. No latim, a função sintática era determinada pela desinência casual. No caso, o sujeito viria no caso nominativo e o objeto direto, no acusativo.

2. Não. Nos documentos remanescentes do português arcaico, encontramos ocorrências em que o pronome clítico se aglutina a outros elementos além do verbo, como pudemos ver no exemplo “Tanto que lh’eu este cantar oi” (cf. NUNES apud CÂMARA JR., 1985, p. 254).

Padrões de regência

Já vimos que, no latim clássico, a regência era estabelecida por um sistema casual. A regência por preposição era parcial, na medida em que esse elemento servia de complemento ao caso acusativo e, em alguns casos, ao ablativo – isto é, ao objeto direto e ao adjunto adverbial, respectivamente.

Devido ao desaparecimento do sistema casual latino, o emprego de preposições emergiu nas línguas românicas como recurso necessário para a expressão das relações de subordinação. Como consequência, houve uma transformação radical nos mecanismos de regência. Assim, em português, é fundamental o uso de preposições em situações em que um substantivo subordina o outro – na chamada *regência nominal* – ou em outras em que um verbo “exige” um termo relacional entre ele e seu complemento – *regência verbal*.

No que tange à regência nominal, no latim, substantivos e adjetivos de significação incompleta frequentemente regiam o caso genitivo, tendo sido substituídos, nas línguas românicas, quase sempre pela preposição “de”: *ancillae servos* (os criados *dos* patrões), *agricolarum equos* (os cavalos *dos* agricultores), entre outros. Além da preposição “de”, outras preposições são possíveis – embora bem menos frequentes –, cujo emprego acarreta diferentes valores semânticos, por exemplo: *copo d'água*, *copo para água*, *copo com água*, etc.

De modo análogo, quanto à regência verbal, passa-se a empregar as preposições essenciais – *a*, *para*, *em*, *de*, *por*, *com* –, já no português, como modo de associação a certos verbos para que a eles subordinemos seus complementos básicos. Vale lembrar que, nesses casos, há exceção para o objeto direto e para algumas circunstâncias representadas por advérbios prototípicos (que não envolvem locuções).

Pertencentes ao grupo de palavras de classe fechada, as preposições, além da colocação mais fixa no sintagma, passam a ter sentido mais esmaecido, próprio de sua trajetória de gramaticalização. Tais características tornam a regência relativamente **idiossincrática**, de modo que, com frequência, o falante tem dificuldade de selecionar a preposição condizente com o verbo/nome regente na variedade culta. “Ir” e “chegar”, por exemplo, à luz da gramática normativa, devem ser regidos pela preposição “a”, muito embora “em” tenha uso muito frequente, como nos exemplos: *Fui ontem ao cabelereiro/Fui ontem no cabelereiro*. A alternância entre tais preposições encontra explicação no desbotamento semântico dessas formas, que instanciam o sentido de lugar de modos diferentes: apesar de “a” trazer ideia de deslocamento e “em” a ideia de fixidez em um determinado espaço, tais formas representam conceitos muito tênues e abstratos, o que propicia a troca de um pelo outro. Segundo Câmara Jr. (1985, p. 245), “trata-se de uma servidão gramatical na fase atual da língua”, haja vista o enfraquecimento do sentido original.

Idiossincrática

Que tem indiossincrasia.
Por indiossincrasia, entende-se uma particularidade comportamental própria de um indivíduo ou grupo de pessoas. Sob esse ponto de vista, uma regência idiossincrática está associada à variabilidade e às escolhas quanto ao emprego da preposição por parte do usuário da língua.



Embora tradicionalmente se classifique preposição como uma classe que “liga palavras” e conjunção como uma classe que “liga sentenças”, essas categorias são relativamente intercambiáveis. Em muitas orações reduzidas, por exemplo, a conexão entre orações é estabelecida pela preposição: “Não dá *para* ver coisa nenhuma”.



Por *gramaticalização*, compreendemos o processo de mudança linguística pelo qual formas lexicais se transformam em formas gramaticais, formas menos gramaticais se tornam formas mais gramaticais, ou, ainda, formas mais concretas se transformam em formas mais abstratas. Concebido sob o paradigma funcionalista, tal processo é visto como natural, escalar e contínuo nas línguas, de modo que as palavras de classe fechada – como as preposições e conjunções, por exemplo – tenham sua origem no léxico.

Em sua origem, as preposições eram elementos locativos, que se abstratizaram ao longo do tempo, em diversas relações de sentido. A investigação diacrônica desses elementos – juntamente aos verbos e nomes por que são regidos – pode nos levar a entender o porquê da seleção de determinadas preposições no lugar de outras. A ideia de direção pode ser percebida, por exemplo, no uso transitivo indireto de “aspirar”. Quando digo “aspiro ao cargo de diretor”, quero dizer que meus objetivos convergem para aquele cargo, dirigem-se para aquele posto. Outrossim, a ideia de origem da preposição “de” pode ser percebida em “gostar de”, quando sabemos que, originalmente, o verbo significava “tomar o gosto ou o sabor de”. O que ocorre é que o próprio processo histórico – tanto da preposição quanto das palavras regentes – vai apagando esses sentidos, deixando essas formas menos analisáveis que antes. Como consequência, a perda acentuada de sentido pode acarretar a substituição

ou supressão de uma das formas. Veja, por exemplo, o verbo “obedecer”, que recorrentemente é empregado como transitivo direto (em vez de transitivo indireto, regido pela preposição “a”).

Levando-se em conta as alterações semânticas ao longo da História – e ainda em curso –, não é de se estranhar que muitos verbos tenham, nas línguas românicas, regência diversa daquela que tinham no latim e que continuem apresentando casos divergentes em nossa sincronia. Os verbos “sumir” e “desaparecer”, por exemplo, embora sejam originalmente formas inacusativas – isto é, verbos intransitivos que exigem um sujeito de papel paciente (por exemplo, “o livro desapareceu”) –, apresentam, em nossa sincronia, usos transitivos regidos pela preposição “com”, como no exemplo, “o ladrão desapareceu com a minha carteira”. Vale ressaltar que, nesse caso, o sentido básico da preposição “com” – de associação – encontra-se totalmente esmaecido, não recuperável pelo falante. Paralelamente, “sumir com” e “desaparecer com”, nesses contextos, assumem um sentido diverso dos usos mais prototípicos dessas formas verbais (“Alguém faz algo sumir/desaparecer” em vez de “algo some/desaparece”).

Portanto, novas possibilidades emergem no uso da língua, motivadas por fatores cognitivos que envolvem a perda e a abstratização do sentido das preposições e de suas palavras regentes. Nesse processo, como resultado, pode-se ter tanto a mudança estrutural (troca-se uma estrutura por outra, mantendo-se o mesmo sentido – por exemplo, “obedeça o sinal” em vez de “obedeça ao sinal”) quanto a mudança estrutural e semântica (por exemplo, “desaparecer” intransitivo apresenta sentido diferente de “desaparecer” transitivo).

No primeiro caso, a dessemantização acentuada da forma promove a sua queda. A preposição “a”, tendo seu sentido mais esmaecido que as outras preposições (em virtude do avançado estágio de gramaticalização), torna-se pouco relevante à produção do sentido pretendido e, por isso, esvai-se, já que nossa cognição está sempre em busca da simplificação e economia do sistema linguístico.

No segundo caso, a mudança estrutural e/ou semântica costuma ser motivada por outros mecanismos. Pode-se ter mudança semântica sem alteração de regência, através da metaforização do domínio-fonte. Por exemplo, o verbo “ver” é transitivo direto tanto em sentido mais concreto (*Eu vi seus olhos no armário*) quanto mais abstrato (*Vejo você amanhã* – significando “encontrar”). Paralelamente, pode-se ter mudança semântica e estrutural, com alteração da regência, como ocorre com as

formas transitivas de “desaparecer” e “sumir”, que passam a instanciar uma construção resultativa com a preposição “com” (parafraçadas por “fazer” – “alguém faz algo sumir/desaparecer”). Neste último caso, o novo sentido deve ser atribuído à construção (isto é, ao verbo e à preposição), e não apenas a um dos itens, já que eles conjuntamente colaboram para o novo sentido.

Atividade 2

Atende aos objetivos 1 e 2

1. Observe as frases latinas e suas versões correspondentes em português e responda ao que se pede:

a) *Magna sunt onēra capitovorū.*

Grandes são obrigações dos prisioneiros

Grandes são as obrigações dos prisioneiros.

b) *Parentū et praeceptorū adhortationes incitamenta sūt puērīs.*

Dos pais e dos preceptores exortações estímulos são para as crianças.

As exortações dos pais e dos preceptores são estímulos para as crianças.

As três primeiras expressões destacadas (uma em *a* e duas em *b*) representam, no latim, o caso genitivo e, em português, a função de complemento nominal e adjunto adnominal. Por sua vez, a forma *pueris* apresenta-se no ablativo (caso do adjunto adverbial). Compare as formas latinas e seus correspondentes no português e explique por que essas formas passaram a ser preposicionadas.

2. Para a gramática normativa, o verbo “atender” (no sentido que lhe é básico) pode ser empregado como transitivo direto ou indireto (neste último caso, regido pela preposição “a”). O verbo “implicar”, em contrapartida, apresenta sentido diverso quando transitivo direto (equivalente a “acarretar”) e quando indireto (regido pela preposição “com” e equivalente à expressão “promover rixa com alguém”). Por que, no primeiro caso, as duas regências apresentam sentido equivalente e, no último, as regências distintas resultam em sentido distinto?

Resposta comentada

1. Com a queda dos casos latinos, as relações sintáticas que eram expressas pelas desinências tiveram de ser expressas por outros elementos, no caso, as preposições. Por esse motivo, as formas em português são expressas em sintagmas preposicionais, pela necessidade de um termo relacional.

2. No caso de “atender”, a dessemantização da preposição “a” favorece sua queda de regência, o que serve como forte indício para a alternância das duas regências. No segundo caso, “implicar” e “implicar com” são construções distintas, de modo que o sentido da segunda é produzido pela construção (pelos dois elementos), e não por uma forma ou outra isoladamente.

Sintaxe de concordância

Enquanto a regência por preposição era rara em latim, complementando os casos acusativo e ablativo, a concordância, ao contrário, era um mecanismo sintático regular na construção da sentença, que sofreu poucas alterações do latim para as línguas românicas.

Concordância verbal

Havia, em latim, desinências verbais de número e pessoa, em concordância com o sujeito sintático. No indicativo presente, por exemplo, os verbos de primeira conjugação flexionavam-se conforme o seguinte quadro:

1ª pessoa do singular	amo
2ª pessoa do singular	amas
3ª pessoa do singular	amat
1ª pessoa do plural	amâmus
2ª pessoa do plural	amâtis
3ª pessoa do plural	amant

Você pode observar que, nesse aspecto, o português segue o latim. Vale ressaltar, porém, que, no latim, como a desinência de caso estabelecia a função sintática – o sujeito devia ficar no nominativo e o objeto direto, no acusativo –, a concordância, então, não era determinante para a identificação de sujeitos. Inclusive, sendo o latim uma língua sintética, os pronomes de primeira e segunda pessoa do singular (*ego* e *tu*, que correspondem aos pronomes *eu* e *tu*, em português) raramente eram expressos nas orações, haja vista a especificidade de seus referentes, já expressos pela desinência casual: precisamos especificar a terceira pessoa através de substantivos (a não pessoa do discurso), enquanto a primeira e a segunda pessoas do singular sempre se referem a *quem fala* e *com quem se fala*, respectivamente. O mesmo procedimento, porém, não vale para as formas de primeira e segunda pessoas do plural, na medida em que podem fazer referência também a uma terceira pessoa: a forma “nós” (*nos*, em latim) remete tanto à junção de “eu + tu” quanto à de “eu + ele”; “vós” (*vos*, em latim), tanto à junção “tu + tu” quanto à de “tu + ele”, aspectos que explicam a motivação para a realização sintática desses termos quando o contexto assim o exigir.



A despeito de o português também contar com as desinências verbais de número e pessoa para a expressão do sujeito sintático, em nossa sincronia, nosso sistema pronominal tem sofrido um processo

de simplificação das pessoas do discurso: a inserção da forma “você” (um pronome de segunda pessoa do singular, mas com concordância de terceira pessoa do singular) e da forma “a gente” (um pronome de primeira pessoa do plural, mas com concordância de terceira pessoa do singular) tem tornado cada vez mais necessária a explicitação sintática do sujeito, haja vista a alta frequência de uso desses elementos no lugar de “tu” e “nós”, respectivamente.

Bagno (2011) e Fiorin (2008), acrescentando a esse fato a análise da queda da concordância de terceira pessoa do plural em algumas variedades do português brasileiro, argumentam que nosso sistema de concordância verbal caminha para uma futura redução em dois paradigmas: um dando manutenção às desinências de primeira pessoa e outro atribuindo as desinências de terceira pessoa do singular a todas as outras pessoas do discurso: *eu vou* vs. *você, ele, a gente, eles vai*.

Com exceção da eliminação do sistema casual, o mecanismo de concordância verbal não sofreu modificações consideráveis nas línguas românicas, sendo um tópico da sintaxe que apresenta raras inovações. As regras de concordância para sujeito simples e composto são equivalentes, excetuando-se os casos em que, em latim, um sujeito composto apresentava nomes de coisas como núcleos, o emprego mais comum era, então, o singular, concordando-se o verbo com o elemento mais próximo (*Mens et ratio et consilium in senibus est*).

Salientamos, no entanto, que a fixação da ordem das palavras – sujeito-verbo-objeto – tem alta relevância para o estabelecimento da concordância no português. Tarallo (1990, p. 153), em consonância com outros autores, como Câmara Jr. (1985) e Naro; Lemle (1977), observa que, quando o sujeito é posposto ao verbo, menos se marca a concordância entre tais elementos. Por exemplo, na frase “chegou as crianças”, “negligencia-se” a concordância verbal mais facilmente em virtude da posposição sintática do sujeito. Caso o sujeito estivesse anteposto, tender-se-ia ao estabelecimento da concordância entre sujeito e verbo.

Hoje, em estudos sintáticos mais recentes, entendemos que a falta de concordância entre sujeito e verbo é pragmaticamente motivada no caso de posposição do primeiro. Pragmaticamente, a função sintática “sujeito”

costuma corresponder ao tema da oração, ou melhor, ao dado (informação compartilhada), como vimos na aula anterior. Desse modo, normalmente há um pareamento entre esses dois termos (sujeito e tema) que favorece a marcação da concordância quando cognitivamente ativados. Porém, quando o sujeito é deslocado para uma posição posterior ao verbo, embora continue apresentando o mesmo valor sintático, ele assume o estatuto pragmático de “novo”. Vale lembrar que a posição e a função do “novo”, basicamente, são o lugar do objeto direto, que não estabelece concordância com o verbo. Por isso, a falta de concordância é funcionalmente motivada, uma vez que um sujeito anteposto e outro posposto (embora sejam ambos sujeitos sintáticos) não são termos totalmente equivalentes na gramática da língua.

Concordância nominal

No português, a concordância nominal se faz por meio das categorias de gênero e de número, sendo o número a marca mais nítida, em virtude tanto da existência de adjetivos para os quais inexiste a flexão do feminino (por exemplo, *triste, legal, simples*, etc.) quanto de substantivos uniformes cujo gênero seja estabelecido pelo adjetivo e/ou determinante (*a bela artista, o veloz ciclista*, etc.). O número, em contrapartida, quase sempre estabelece concordância nominal, salvo em casos em que falta a flexão de número ao adjetivo (*processos simples*).

No latim, o adjetivo estabelecia concordância de gênero, número e caso: “*Natura pulchros flores, imensa maria, lucidum firmamentum ostendit* – “a natureza ostenta lindas flores, mares imensos e um céu luminoso” (BASSETTO, 2010, p. 361). Com exceção da flexão de caso, as outras duas permanecem no português. Uma diferença que se deve salientar entre os dois sistemas, no entanto, é acerca do uso do neutro, que era empregado no latim sempre que um adjetivo modificava vários substantivos de gênero e número diferentes. No português, como sabemos, a concordância se dá no masculino plural nessas circunstâncias, na medida em que o gênero neutro praticamente inexiste em nossa língua.



Segundo Lyons (1987), na língua indo-europeia – língua que deu origem ao latim, havia uma correlação entre gênero animado e inanimado, de modo que o neutro se restringia ao último tipo. No entanto, com o tempo, passou a ocorrer uma confusão entre gênero real e gênero gramatical, motivada pelo processo de categorização humana que associava as coisas do mundo aos traços masculino e feminino. Desse modo, o fato de árvores normalmente terem nomes femininos se dava pela associação de tanto árvores quanto mulheres gerarem frutos, por exemplo.

No entanto, essa motivação foi-se perdendo com o tempo e/ou se tornando menos analisável. É difícil explicar com base em características femininas e masculinas, por exemplo, por que, no latim, os meses do ano e os nomes de rio são masculinos e os nomes de cidades e países, femininos.

Em latim, a concordância nominal se apresentava de forma semelhante ao português. Em casos de um adjetivo para vários substantivos, podia-se concordar com o mais próximo ou com todos os núcleos (estando o adjetivo anteposto ou posposto aos substantivos), como no português, sendo o primeiro tipo mais frequente na língua. No entanto, era comum a concordância ao termo mais relevante, motivada pela significação, e não pela sintaxe – o que já não ocorre no registro culto de nossa língua –, como podemos observar em *Parietes et solum... loricandi sunt* (As paredes e o solo... devem ser revestidas).



A mudança linguística está sempre em curso. Em nossa sincronia, nas línguas românicas, observamos uma tendência à simplificação de todo o mecanismo de concordância. O francês, por exemplo, na modalidade oral, já não efetua concordância nominal. Segundo Bagno (2011, p. 141), nas frases *la belle fleur rouge* [la bɛl flœr ruʒ] e *les belles fleurs rouges* [le bɛl flœr ruʒ], em português,

a bela flor vermelha e as belas flores vermelhas, respectivamente, a marca de plural se dá somente no artigo. O autor argumenta que isso evidencia a tendência analítica das línguas românicas, para as quais podemos aplicar o seguinte raciocínio: se o artigo está no plural, sabemos que todos os outros elementos do sintagma nominal estão no plural. A flexão de número nos outros elementos é uma redundância e, por isso, dispensá-la torna o sistema linguístico mais leve e econômico.

Essa mudança no francês também pode ser percebida em algumas variedades ainda estigmatizadas do português (*umas criança grande*) e representa uma forte possibilidade futura para a nossa sintaxe. Isso significa que a mudança da síntese (do latim) para a análise (línguas românicas) ainda está em curso. Vale lembrar que o francês está em estágio mais avançado de mudança que o português, já que este último foi a última língua românica a formar-se.

Atividade 3

Atende aos objetivos 1 e 2

1. Observe a frase latina e sua versão portuguesa abaixo:

Mare violento vento agitabĭtur.

Mar violento por vento será agitado.

O mar será agitado por vento violento.

- a) Por que a concordância nominal se estabelece entre “vento” e “violento”, e não entre “mar” e “violento”?

- b) Que semelhanças e diferenças, nesse exemplo, podemos perceber entre o sistema de concordância nominal latino e o português?

Resposta comentada

- a) A concordância entre “vento” e “violento” se estabelece devido ao sistema casual, estando os dois elementos no ablativo.
- b) A diferença é que, no português, por não haver desinências casuais, a ordenação dos termos é mais rígida, de modo que ou o verbo ficaria entre o sujeito e o agente da passiva ou “violento” ficaria posposto a “vento”. Em contrapartida, as flexões de gênero e número (masculino singular) são semelhantes ao português.
-
-
-
-

Conclusão

A queda do sistema casual afetou profundamente os padrões de colocação e de regência do português, de modo que esses dois eixos da sintaxe pouco se assemelham nessas línguas: presença de certa rigidez na colocação dos termos oracionais e forte necessidade de preposições para a expressão de grande parte das relações de subordinação no português, quando o latim se caracterizava por grande liberdade de colocação e rara necessidade de preposições para relações de subordinação. A sintaxe de concordância verbal, por outro lado, pouco foi afetada pela mudança do sistema latino, uma vez que a língua portuguesa continuou dispondo das desinências de número e pessoa para a relação de concordância entre sujeito e verbo. De modo análogo, no que tange à concordância nominal, os mecanismos continuaram praticamente os mesmos – a flexão de gênero e número –, com a particular observação para a necessidade da colocação mais próxima entre modificadores e modificados, que antes apresentava livre mobilidade no latim. de final

Resposta comentada

- a) Não. O sujeito prototípico, além de sintaticamente figurar à esquerda do verbo, apresenta a função pragmática de tema, de dado. Essas duas funções pareadas favorecem o processo de concordância verbal. Interpretar “um menino” como sujeito de “ter” é associar-lhe apenas a função sintática de sujeito, na medida em que, pragmaticamente, o termo assume a posição de novo, o que dificulta a flexão da concordância verbal. Como argumentamos anteriormente, trata-se de dois sujeitos funcionalmente distintos e, por isso, a mudança na flexão da concordância é cognitivamente motivada.
- b) Não. A função sintática era determinada em latim pelas desinências casuais. O sujeito era expresso no nominativo; o objeto direto, no acusativo. Em português, a frase “Namorou Marta dois colegas de classe”, por exemplo, identifica-se o sujeito pelo traço de concordância.
- c) O pronome relativo, segundo Bagno (2011), representa ainda um processo de síntese. Como o português é uma língua cada vez mais analítica, a mudança se encontra ainda em curso, com supressão progressiva das formas sintéticas, tal como ocorre com a oração relativa copiadora presente no enunciado.
-

Resumo

Nesta aula, vimos que a queda do sistema casual implicou mudanças profundas na sintaxe do português. Enquanto no latim a ordenação dos termos da oração era mais livre, em nossa língua, a posição dos constituintes tem ficado cada vez mais rígida, com modificadores e modificados em combinação adjacente, frequentemente na sequência sujeito-verbo-objeto.

Observamos ainda que, com o fim das declinações, as preposições passaram a ter papel fundamental na sintaxe do português. Já existiam várias preposições no latim, mas elas eram utilizadas como complementação aos casos acusativo e ablativo. Sendo assim, a regência atual de muitos nomes e verbos do português surgiu já nessa língua.

No português, as preposições se tornaram imprescindíveis, sem as quais muitas relações de subordinação não seriam possíveis. Assim, enquanto a queda do sistema casual acarretou profunda reorganização da colocação e da regência portuguesa, a concordância, *grosso modo*, manteve-se de modo análogo nessas duas línguas, com poucas mudanças estruturais.

Vale ressaltar, no entanto, que a regência não é um sistema fechado, já que apresenta constante mudança em virtude dos processos de gramaticalização das construções linguísticas: tanto a dessemantização acentuada das preposições quanto o processo de metaforização das construções propiciam novas regências e sentidos na língua.

Quanto à concordância, vale também ressaltar que, à margem da norma culta, desenvolvem-se outros padrões, em que as marcas de plural tendem a reduzir-se, motivados tanto pela simplificação do sistema pronominal quanto pela economia do sistema linguístico ao retirar a redundância desnecessária da reiteração do plural em todos os elementos do sintagma e/ou oração.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, trataremos do último tópico deste curso, quando abordaremos as questões referentes ao período composto.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática latina*. 30ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

BAGNO, Marcos. *Português ou brasileiro*. Um convite à pesquisa. São Paulo: Parábola, 2001.

_____. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2011.

BASSETTO, Bruno Fregni. *Elementos de filologia românica*. Vol. 2. São Paulo: EdUsp, 2010.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão Editora, 1985.

CUNHA, M. A. F; BISPO, E. B; SILVA, J. R. Linguística funcional centrada no uso: conceitos básicos e categorias analíticas. In: CEZARIO, M. M; CUNHA, M. A. F. *Linguística centrada no uso*. Uma homenagem a Mário Martelotta. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013.

FIORIN, José Luiz. *As astúcias da enunciação*. São Paulo: Ática, 2008.

LUFT, Celso. *Moderna gramática brasileira*. Rio de Janeiro: Globo, 1974.

LYONS, John. *Linguagem e linguística*. São Paulo: LTC, 1987.

NARO, A. J; LEMLE, M. Syntactic diffusion. In: STEEVER, S; WALKER, C; MUFWENE, S. (eds.). *Papers from the Parasession on Diachronic Syntax*. Chicago: Chicago Linguistic Society, 1977.

PONTES, E. *O tópico no português do Brasil*. Campinas: Pontes Editores, 1987.

TARALLO, Fernando. *Tempos linguísticos*. Itinerário histórico da língua portuguesa. São Paulo: Editora Ática, 1990.

TRASK, R. L. *Dicionário de linguagem e linguística*. São Paulo: Contexto, 2006.

Aula 14

Aspectos linguísticos da evolução do latim
ao português: sintaxe diacrônica (Parte 3)

*Monclar Guimarães Lopes
Vanda Maria Cardozo de Menezes*

Meta

Apresentar, em perspectiva diacrônica, os processos de estruturação sintática do período composto, do latim ao português.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. compreender a evolução dos processos de estruturação sintática do período composto;
2. analisar, por meio de exemplos, como se deu a transformação da estrutura do período composto do latim até o português.

Introdução

Conforme abordamos na Aula 11, as classes de palavras invariáveis surgiram na língua através de uma longa trajetória de gramaticalização de formas pertencentes ao léxico. Via de regra, tais palavras advieram de advérbios que sofreram dessemantização e passaram a exercer um papel relacional entre termos de uma oração ou entre orações e períodos.

Desse modo, ao compreendermos que a existência dessas formas é mais recente, quando comparada à das classes variáveis, podemos inferir que houve um momento na língua – mais exatamente em uma língua primitiva – em que a expressão linguística não dispunha de conjunções que efetuassem a combinação entre orações, isto é, que funcionassem para formar períodos compostos por coordenação ou subordinação.

Sob essa perspectiva, Said Ali (1966, p. 223) afirma que

na linguagem primitiva empregavam os homens proposições umas após outras, que tinham todas a forma de orações principais. O discurso tinha feição paratática. Nesta série de proposições havia com certeza umas que eram subordinadas a outras, que as completavam, que as determinavam. Percebia-se a diferença pelo sentido, não pela forma. Criando-se porém conjunções apropriadas, ou antes adaptando-se a esta função vocábulos de outra categoria, pôde-se por meio da linguagem estabelecer as variedades da parataxe (coordenação) e diferenciar esta da hipotaxe (subordinação).

Sob um ponto de vista análogo, Bassetto (2010, p. 330) afirma que o indo-europeu – língua da qual se originaram as línguas do tronco itálico, como o latim, por exemplo – apresentava apenas orações justapostas, sendo a combinação de orações promovida por recursos prosódicos e semânticos. Essa, aliás, é uma característica que pode ser tanto observada no processo evolutivo de várias línguas (cujo nascedouro é a modalidade oral, em que a parataxe é predominante) quanto na linguagem infantil (sob a hipótese de que podemos compreender a história evolutiva das línguas a partir da evolução da linguagem de cada ser, isto é, compreender a filogênese a partir da ontogênese, um dos preceitos da escola de Vygotsky, que defende que o desenvolvimento de cada ser pode ser descrito a partir da evolução de sua espécie).

Na fase arcaica do latim, predominava a justaposição na prosa e na poesia. A inter-relação oracional rica e elegante, expressa por conjunções de diferentes valores sintáticos e matizes semânticos, ocorre em sua variedade clássica, cerca de oito séculos após o surgimento do idioma. Esses mesmos processos permanecem no português, inclusive, com a manutenção de muitas conjunções coordenativas e subordinativas latinas, como vimos na Aula 11.

Apesar da reconhecida semelhança entre esses dois sistemas linguísticos no que tange tanto aos mecanismos de combinação de orações quanto às formas gramaticais implicadas nesse processo (as conjunções), há também disparidades. Tais diferenças encontram duas motivações principais: a queda do sistema casual e o processo contínuo de gramaticalização das orações, a que toda língua está sujeita.

Nesta aula, trataremos, sobretudo, da diferenciação de um sistema para o outro, vendo-a mais como resultado de um processo evolutivo, uma mudança em curso, do que como uma ruptura. Para isso, este capítulo está dividido em três seções, a saber: 1) processos de combinação/integração de orações; 2) a parataxe; 3) a hipotaxe e a subordinação.

Processos de combinação/ integração de orações

Como você deve recordar das aulas da disciplina Português III, a combinação de orações, para a perspectiva da gramática tradicional, dá-se através de dois mecanismos: coordenação (ou parataxe) e subordinação (ou hipotaxe). Para essa abordagem, a distinção dos dois processos se dá sob o critério de (in)dependência sintática. Observe:

(1) Ele experimentou a blusa *e comprou-a*.

(2) Ele pediu *que chegássemos no horário*.

Os exemplos acima ilustram períodos compostos por coordenação e subordinação, respectivamente, na medida em que, em (1), poderíamos separar as duas orações em períodos distintos, substituindo a conjunção coordenativa aditiva “e” por ponto (*Ela experimentou a blusa. Comprou-a*), enquanto o mesmo não seria possível em (2). Sendo a subordinada um termo sintático pertencente à estrutura argumental do verbo “pedir”, encontra-se mais encaixada à oração principal.

Embora a gramática tradicional (GT) seja de viés estruturalista, em que pouco pesam critérios semânticos, Kury (2000, p. 62), indo de encontro aos outros autores da GT, defende que essa dependência seja, na verdade, semântica: “se todas as orações de um período são independentes, isto é, TÊM SENTIDO POR SI MESMAS, e poderiam, por isso, constituir cada uma um período, o período se diz composto por coordenação”. O autor apresenta, então, os seguintes exemplos, em que, segundo ele, se pode observar independência semântica em orações classificadas como sendo coordenadas, veja (KURY, 2000, p. 65):

(3) Sacudi-a, *ela foi pousar na vidraça.*

(4) Bati-lhe e *ela caiu.*

Observamos, entretanto, que, nos períodos expressos acima, a oração coordenada assindética destacada em (3) e a sindética aditiva destacada em (4) poderiam ser interpretadas como uma consequência da primeira: a) ela ter pousado na vidraça foi uma consequência de havê-la sacudido; b) ter caído é uma consequência de haver-lhe batido. Nesse caso, haveria uma relação de dependência semântica com a primeira.

Ainda que a análise de Kury (2000) possa ser questionada e que contrarie o próprio conceito que ele atribui à coordenação, é consenso nos estudos gramaticais da atualidade, em que se inclui o funcionalismo, que o critério semântico é relevante à análise do processo de combinação de orações. Aliás, não apenas o traço semântico é importante, mas também o sintático. Como veremos a seguir, conjugados, tais critérios nos permitem enxergar que os processos de integração de orações são escalares, não havendo, portanto, fronteiras rígidas entre as categorias. Observemos outro exemplo.

(5) “Tá na vitrine, tá na C&A.”

No exemplo (5), vejam que há independência sintática e dependência semântica, uma vez que se estabelece uma relação de condição entre a primeira e a segunda orações. Na verdade, ao considerarmos a relevância dos dois critérios, passamos a ter três macrocategorias oracionais, no lugar de duas, como apontam Hopper; Traugott (1993, p. 178), no quadro a seguir:

Quadro 14.1: Dependência e encaixamento

	Parataxe (independência)	> Hipotaxe (interdependência)	> Subordinação (dependência)
[Dependência]	–	+	+
[Encaixamento]	–	–	+

Conjugando a definição dada pelos autores supracitados e os tipos oracionais do português, Rosário (2016, p. 264) aponta a seguinte explicação dos processos do **Quadro 14.1**:

1. **Parataxe** ou independência relativa. Pode apresentar orações justapostas ou coordenadas. As primeiras se caracterizam pela adjacência de dois ou mais núcleos expressos em um único contorno entonacional sem o uso de elementos conectores. Já as coordenadas diferem das primeiras pelo fato de virem ligadas formalmente por um conectivo.
2. **Hipotaxe**, em que há um núcleo, e uma ou mais orações que não podem ficar sozinhas e que são, por conseguinte, relativamente dependentes. Incluem as orações relativas apositivas (adjetivas explicativas para NGB [Nomenclatura Gramatical Brasileira]) e as adverbiais da gramática tradicional.
3. **Subordinação**, ou, em sua forma extrema, encaixamento; em outras palavras, dependência completa, em que uma margem está completamente incluída no constituinte de um núcleo. Abrange as orações completivas (subordinadas substantivas) e as relativas restritivas (adjetivas restritivas para NGB).

Como dissemos anteriormente, uma vez que o **Quadro 14.1** deve ser concebido de uma forma gradiente, podemos entender que existem orações que se apresentam na interseção de categorias.

Retomemos o exemplo (5). Notamos que nesse exemplo o grau de encaixamento da oração que expressa condição é menor do que costuma ocorrer com uma oração adverbial prototípica, na medida em que a oração “tá na vitrine”, de valor condicional, não apresenta elemento conector ou, ainda, estrutura reduzida de infinitivo, gerúndio ou participio. Por isso, podemos arguir que (5) se encontra entre as fronteiras da parataxe e da hipotaxe.



A substituição do termo *coordenação* pelo correspondente grego *parataxe* se deve a dois fatos: 1) a coordenação ser um fenômeno associado tanto ao nível oracional (*exempli gratia*: *fui e fiz*) quanto ao nível sintagmático (*e.g.*: *comprei lápis e borracha*). Nesse caso, restringe-se a *parataxe* ao nível da oração; 2) a *parataxe* ser compreendida também entre períodos, na medida em que duas orações absolutas podem estar semanticamente relacionadas. Paralelamente, diferenciar o termo *hipotaxe* de *subordinação*, permite-nos entender que orações completivas (isto é, substantivas) são muito mais integradas à principal, pois preenchem a função de argumento, do que as adverbiais, de valor circunstancial.

Além da concepção gradiente dessas categorias, podemos vê-las sob uma perspectiva evolutiva, em que as relações hipotáticas e de subordinação são um desdobramento das paratáticas. Nesse sentido, a sequência *parataxe* > *hipotaxe* > *subordinação* representa um *cline*, isto é, um processo de abstratização dessas categorias, em que a da direita tem origem na da esquerda.

Enxergar os mecanismos que envolvem a combinação/integração de orações desse modo auxilia-nos tanto nos dados sincrônicos (evitando que joguemos para “debaixo do tapete” exemplos e casos mais complexos, como as estruturas correlativas, por exemplo) quanto na investigação diacrônica, sendo esta última nosso objeto de estudos nesta disciplina. Afinal, se consideramos que um nível é contínuo do anterior (*parataxe* > *hipotaxe* > *subordinação*) – e que a evolução desse contínuo se dá historicamente, de forma gradual –, é porque podemos encontrar nas fontes históricas evidências que ratifiquem esse processo. Como ilustração, lembremos a trajetória de gramaticalização da conjunção subordinativa integrante “que”. Como vimos na Aula 11, essa forma adveio do pronome relativo “que” (do qual é homônima). O pronome relativo apresenta tanto usos hipotáticos (na relativa explicativa) quanto subordinados (na relativa apositiva), enquanto a conjunção integrante apresenta apenas uso subordinado, bastante integrado à oração matriz (isto é, oração principal).

Atividade 1

Atende ao objetivo 1

1. Observe os trechos abaixo, extraídos da matéria “5 declarações de amor incríveis que entraram para a história”, de Felipe Sali, publicada na Revista *Mundo Estranho*, e responda ao que se pede:

UMA FLOR PARA OUTRA FLOR

A Babilônia, *que ficava no atual Iraque*, era um território seco e árido. Má notícia para o rei Nabucodonosor: sua esposa Ametys sentia falta da rica vegetação de sua cidade natal. Para alegrar sua amada, ele mandou erguer pátios decorados com as mais belas plantas das regiões vizinhas. E assim criou os Jardins Suspensos da Babilônia.

[...]

O REI E A PLEBEIA

O monarca inglês Eduardo 8º apaixonou-se pela norte-americana Wallis Warfield Simpson. Mas, como ela já era divorciada, o protocolo da família real não permitia *que se tornasse rainha*. Eduardo não teve dúvidas: em 10 de dezembro de 1936, abdicou do trono. O casamento durou até Wallis falecer, aos 78 anos (SALI, 2016);

- b) As duas orações destacadas em itálico nos textos são consideradas, pela gramática tradicional, subordinadas. Para o funcionalismo, no entanto, elas têm diferente estatuto. Explique.
- c) As duas orações destacadas iniciam-se pelo conector “que”. Embora ambos apresentem funções diferentes, podemos conceber o último como sendo a gramaticalização do primeiro, isto é, como resultado da abstratização de um pronome relativo? Nesse caso, o que se abstratizou foi apenas o item ou toda a oração? Justifique. (Se necessário, retorne à Aula 11 e releia o tópico em que tratamos das conjunções).

Resposta comentada

1. a) Para o funcionalismo, a primeira oração (relativa apositiva) é hipotática, e a segunda (completiva objetiva direta) é subordinada. Como critério de distinção, utilizam-se os critérios semântico e sintático de integração das orações (dependência e encaixamento, respectivamente). A primeira é menos integrada à oração matriz, na medida em que não representa um de seus argumentos. Já a segunda, como preenche uma função argumental, é mais encaixada e, por isso, indispensável.

b) Sim. Como estudamos na Aula 11, a conjunção subordinativa “que” surgiu em homonímia ao pronome relativo “que”. Podemos observar que toda a estrutura passou por um processo de abstratização. Se entendemos que a subordinação tem origem na hipotaxe, o processo fica evidente, como sendo uma trajetória, um *cline*. Podemos fazer um comparativo, inclusive, com o inglês. Muito embora inglês e português tenham origem distinta, o processo de abstratização é o mesmo, já que se trata de um mecanismo cognitivo: a forma “that” funciona, por exemplo, como pronome demonstrativo (e.g.: *look at that girl*), pronome relativo (e.g.: *The book that I read*) e conjunção integrante (e.g.: *I think that she is gorgeous*), sendo o elemento da direita uma abstratização do elemento da esquerda.

A parataxe

Como falamos anteriormente, o processo de combinação/integração de orações pode ser visto como um contínuo, sendo a hipotaxe e a subordinação um desdobramento, isto é, uma abstratização do primeiro. Tal ponto de vista encontra, além de evidência empírica no processo de mudança das línguas, como veremos mais adiante, motivação de ordem sociocognitiva.

Parataxe e língua popular: motivações sociocognitivas

Os estudos da filologia histórica bem como da sociolinguística já atestaram que as línguas naturais surgem no meio do povo, motivadas por fatores de ordem cognitiva e social. De um lado, como fator cognitivo, compreendemos o processo evolutivo das línguas, sempre em busca de economia e eficiência. De modo análogo a um computador, podemos dizer que a mente humana está em constante busca por um sistema mais eficaz e leve, que nos exija menos esforço cognitivo: na fonética e fonologia, por exemplo, as mudanças mais frequentes do latim ao português são aquelas que envolvem uma facilitação articulatória (assimilação e sonorização, por exemplo) ou até a supressão de fonemas (aférese, síncope e apócope); na morfossintaxe, por exemplo, a queda do sistema casual tornou o latim vulgar (e, conseqüentemente, as línguas românicas) mais simples. De outro, como fatores sociais, ocorrem tanto o contato entre diferentes línguas quanto a falta de forças centrípetas, que visem à contenção da mudança linguística.



Os processos de assimilação, sonorização, aférese, síncope e apócope, representam diferentes tipos de *metaplasmo*, nome dado a um fenômeno de mudança na estrutura formal das palavras, conforme vimos nas aulas iniciais desta disciplina. Como ilustração, retomamos, a seguir, esses conceitos:

Assimilação: mudança de um segmento sonoro em um segmento igual ou semelhante a outro presente em uma mesma palavra: *persona* > pessoa; *amam-lo* > *amam-no*.

Sonorização: é a transformação de uma consoante surda em sua homorgânica sonora: *lupu* > lobo; *profectu* > proveito.

Aférese, síncope e apócope: são metaplasmos por supressão de segmento sonoro. Quando no início da palavra (*acume* > gume), temos aférese; no meio da palavra (*legenda* > lenda), síncope; no final da palavra (*mare* > mar), apócope.

Sob essa perspectiva, podemos facilmente entender a razão de as chamadas “línguas de cultura” serem menos permeáveis à mudança (embora a mudança sempre ocorra, mesmo que lentamente). Ocorre que, nas sociedades usuárias dessas línguas, as instituições sociais – como a escola, a universidade, o governo – visam à manutenção do *status quo* de sua língua materna e, para tal, atribuem valor normativo à variedade falada pela classe dominante e estigmatizam as demais. Inclusive, a força dessas instituições sociais é forte o bastante para manter a identidade da língua nacional, mesmo em regiões que fazem fronteira com países de outros idiomas (como ocorre no Brasil, por exemplo).

É exatamente por esse motivo que as línguas naturais surgem no seio da população mais simples, que não sofre tanto a pressão das instituições sociais. Como exemplo, podemos nos lembrar da formação do português e do espanhol na Península Ibérica, fortemente associada à retirada das instituições sociais e militares do Império Romano. Outro exemplo é o caso da massiva vinda de escravos africanos de línguas do **tronco banto** para o Brasil, nos séculos XVI ao XIX, que influenciou a morfossintaxe do português brasileiro. Segundo Bagno (2011), enquanto a elisão de objeto não ocorre no português europeu (não é por acaso que as gramáticas normativas não tratam da existência de um objeto oculto), ela é farta no português do Brasil (e.g.: Você comeu o bolo? Eu comi, sim), em virtude de essa característica ser própria da morfossintaxe das línguas do tronco *banto*, que serviram de substrato ao português.

Tronco

Por tronco ou grupo linguístico, compreende-se um conjunto de famílias linguísticas de uma mesma origem, isto é, derivadas de uma língua mais antiga, que as gerou. O latim, por exemplo, é uma língua pertencente ao tronco itálico, que, por sua vez, adveio do tronco indo-europeu (língua originária das principais línguas da Europa, do Irã, do Norte da Índia e de algumas línguas predominantes da Ásia Central).



No processo de colonização de um povo, é comum que a língua do colonizador seja imposta ao colonizado. Nesse processo, é natural que este imprima na língua daquele certas características de ordem fonética, morfossintática e lexical. Por isso, utiliza-se um termo próprio da geologia – substrato – para referir-se à(s) língua(s) materna(s) do colonizado. No Brasil, por exemplo, algumas características típicas de nossa variedade (que nos distinguem de Portugal) encontram explanação e motivação nas línguas indígenas e de matriz africana que lhe serviram de substrato.

De posse dessas informações, devemos lembrar que, nas populações em situação de baixo letramento, o gênero textual predominante é a conversação espontânea, cujas características temáticas e composicionais favorecem a parataxe: assuntos que tratam do dia a dia do povo, de coisas do mundo concreto; sequência narrativa/descritiva em períodos menos extensos, através da constante troca de turnos, cuja negociação de sentidos se dá *on-line*, isto é, com a presença dos participantes.

Já a hipotaxe e a subordinação são mais frequentes nos textos temáticos – mais abstratos –, em que predominam a dissertação/argumentação. Essas últimas sequências, como sabemos, estão presentes em gêneros textuais mais elaborados, frutos do processo de desenvolvimento cultural das sociedades, em que um locutor precisa “orientar” seu interlocutor para um ponto de vista pretendido, em um processo de negociação *off-line*. Uma vez que tais gêneros lidam com a persuasão/convencimento e com a falta de controle acerca da obtenção dos objetivos comunicativos, o locutor precisa contar com recursos linguísticos mais complexos, em que suas ideias se encontrem ordenadas e adequadamente hierarquizadas. Para isto, a hipotaxe e a subordinação são fundamentais.

A parataxe do latim ao português

Segundo Bassetto (2010, p. 376), os primeiros textos latinos apresentam uma predileção pelos períodos paratáticos, frequentemente representados por orações coordenadas assindéticas. Como ilustração, o autor aponta a existência de duas expressões latinas, vestígios do latim arcaico: *Volo facias* (literalmente, “Eu o quero. Faze-o!”) e *Cave cadas* (“Cuida. Talvez caias.”), em que observamos as duas orações justapostas, sem pontuação, representando a existência de um mesmo padrão entoacional. Aspectos análogos podem ser também observados nos textos primitivos das línguas românicas, assim como em todas as línguas populares.

No latim vulgar, inclusive, embora fossem frequentes as orações paratáticas expressas pelas conjunções *et* e *aut* (“e” e “ou”, respectivamente), as de valor adversativo eram escassas. Vale observar, na medida em que trabalhamos com as categorias oracionais propostas por Hopper e Traugott (1997 apud Rosário, 2016), que as orações paratáticas nessa abordagem são apenas de três tipos: aditivas, alternativas e adversativas. As explicativas e conclusivas pertencem à hipotaxe, na medida em que são semanticamente dependentes de uma oração que lhe serve de matriz.

No latim literário, da mesma forma que em grego, as paratáticas aditivas tri- ou polimembres apresentavam quase sempre o conectivo *et* ou equivalente (um em cada oração), como podemos observar no exemplo a seguir: *Persuadent Rauracis et Tulingis et Latobrigis...* (“Eles persuadiram o Rauraci, e o Tulingi e o Latobrigi”). Nas línguas românicas, a tendência é o da utilização de apenas um conector entre os dois últimos elementos ou orações, apesar de se encontrarem turnos sintáticos semelhantes na linguagem literária e erudita, recurso conhecido como *polissíndeto*.

De modo geral, a parataxe alternativa é bastante semelhante ao latim tanto no que tange à estrutura quanto ao significado. Assim, *ou* já implicava uma ideia de inclusão ou exclusão: *Nihil certe insanabile... commisi; aut frustra clementiae... vestrae fama vulgata per gentes est* – “Certamente nada de insanável cometi; ou a notícia de vossa clemência foi em vão divulgada entre os povos” (Bassetto, 2010, p. 378); *Hercle vero bapulabis, nisi iam loquere aut hinc abis* – “Por Hércules, certamente serás açoitado, a não ser que fales já ou sumas daqui” (Ibidem).

Por sua vez, a relação de adversidade se dava, inicialmente, pela via semântica. O conector “mas” – a conjunção coordenativa adversativa prototípica – surgiu, segundo Mattoso Câmara Jr. (1985), no latim vulgar. Representa uma abstratização do advérbio *magis*, que passou a desenvolver uma ideia de preferência e depois uma relação opositiva entre orações. Como ilustração desse processo, tomemos a frase *Pedro não está triste, “mais” (mas) ensimesmado*. Numa primeira interpretação, teríamos: *Pedro está mais ensimesmado do que triste*; numa segunda, *Pedro não está triste, e sim ensimesmado*.

Atividade 2

Atende aos objetivos 1 e 2

1. Observe as seguintes frases do castelhano e do francês, duas línguas de origem românica e responda à questão que segue:

- I *Esto o aquello te haran bién.* (“Este ou aquele te farão bem.”)
- II *Te casas com ella o entras em um convento.* (“Case-se com ela ou entre para um convento.”)

paratáticas alternativas. Esse recurso foi tomado por empréstimo, sobretudo, na língua erudita e literária, da qual o latim tem sido eterna fonte.

A hipotaxe e a subordinação

No latim vulgar, variedade que deu origem às línguas românicas, os processos de hipotaxe e de subordinação eram pobres, com predominância da parataxe, fato presente também nos estágios iniciais das línguas românicas. O processo de desenvolvimento da hipotaxe foi lento, tendo ocorrido através de várias etapas. Segundo Bassetto (2010, p. 379), os primeiros períodos hipotáticos parecem ter sido através de orações relativas e condicionais. Desse modo, as relações de interdependência eram anteriormente expressas pelo acento frasal, o ritmo e a pausa, sem a presença de conectores gramaticais.

Como argumentamos previamente, a hipotaxe e a subordinação estão associadas ao desenvolvimento sociocultural de uma língua no tocante ao uso da escrita. No caso do latim, isso pode ser constatado na literatura, de modo que esses dois modelos de combinação de orações vão se tornando mais frequentes nos autores latinos mais tardios, com exceção dos “arcaístas”, os eclesiásticos e os apologetas, que tinham como modelo o latim bíblico, em que predominava a parataxe.

A hipotaxe

Orações adverbiais

O latim literário construía as orações hipotáticas adverbiais, ora com conjunções, ora com formas absolutas, sobretudo o “ablativo absoluto”, que representava uma construção formada por um substantivo no caso ablativo, junto com um adjetivo ou um particípio atributivo no mesmo caso, sem conectivo: *Urbe capta, Aeneas fugit* (“Depois de ter tomado a cidade, Enéas fugiu”). Este tipo de construção foi desenvolvido, principalmente, durante o período clássico e podia expressar vários matizes semânticos, de acordo com o contexto. Desse modo, um período latino como *Caesare imperante, militer audacius dimicabant* poderia ser traduzido tanto como “Quando César comandava, os soldados lutavam com mais determinação” (temporal) quanto como “Se César comandasse...”

(condicional), conforme o contexto assim o permitisse. Não obstante, nas obras do período da decadência do Império Romano (27 a.C a 476 d.C), essa construção no ablativo absolutivo aparece apenas em expressões fixas e consagradas.

Embora em português e nas demais línguas românicas o modelo de combinação de orações hipotáticas adverbiais seja basicamente através do emprego de conectores, é importante lembrar que poucas conjunções subordinativas adverbiais advieram do latim. Como o latim vulgar apresentava preferência pela parataxe, boa parte surgiu no português, através do processo de gramaticalização de alguns advérbios, com exceção de *si* (condicional), *quando* (temporal), *quomodo* (modal-comparativa → “como”), *quod*, *quid*, *quam* e variantes, herdados do latim. Estes três últimos passaram a ser expressos pela forma “que” em português, uma partícula multifuncional que se combina a preposições e advérbios para a expressão de diferentes matizes semânticos (é o subordinador de excelência, haja vista sua ampla presença entre as hipotáticas e subordinadas de diferentes tipos).

Para a expressão de causa, o latim vulgar manteve as formas *quod* e *quid*, que se combinaram à preposição *per* e resultaram na conjunção *porque*, à qual pode ser atribuída também a ideia de explicação.

As condicionais eram expressas pela conjunção *si*, que permaneceu no português. Porém, no latim, podiam expressar a ideia como sendo real, potencial ou irreal, conforme se empregavam o indicativo ou o subjuntivo. Como ilustração, observe os exemplos: *si velis, possis* (“se você deseja, você pode”); *si volueris, potueris* (“se você desejar, você vai poder”); *si volisses, potuisses* (“se tivesses desejado, terias podido”).

As conjunções comparativas clássicas (*quam*, *ut*, *sicut*, *ita/sic*, *quemadmodum*) foram substituídas no latim vulgar por *quomodo* > *quomo* > *como*. Por ter sido uma forma frequente no latim vulgar, *como* se manteve em quase todas as línguas românicas, do mesmo modo que *se*, *quando* e *que*. Já as outras relações hipotáticas (como concessão, consequência, finalidade e modo) em português são expressas por conjunções ou locuções conjuntivas já formadas em nossa língua, haja vista que tais circunstâncias eram expressas por construções assindéticas e paratáticas no latim vulgar.

Orações relativas apositivas

Embora os dois tipos de orações relativas (restritivas e apositivas) sejam introduzidas por pronome relativo, que tem por função substituir um substantivo, ambos pertencem a macrocategorias oracionais distintas. O motivo é simples: as apositivas (que representam as orações adjetivas explicativas para a NGB) são menos encaixadas e têm natureza mais acessória. Sua eliminação do período não compromete muito nem a estrutura sintática nem o conteúdo semântico veiculado.

Tanto as hipotáticas relativas apositivas quanto as subordinadas relativas restritivas (oração subordinada adjetiva restritiva para a NGB) resultam, em parte, de construções paratáticas com *quis* – *Pecuniam quis quaerat, habeto*. (“Alguém deseja dinheiro? Então que o tenha”) – ou de perguntas indiretas, com forte semelhança às relativas – *Hominem demonstretis, quis eam abstulerit* (“Aponteis o homem, quem a arrebatou”).

De modo análogo à língua portuguesa, ao pronome relativo era atribuída em latim uma função sintática. Porém, em virtude da declinação casual, era mais fácil identificá-la no latim, na medida em que o pronome era declinável em acordo com a função sintática apresentada na oração. Veja os dois exemplos a seguir, em que as formas *qui* e *quas* declinam-se no nominativo (caso do sujeito) e no acusativo (do objeto direto), respectivamente:

(6) *Homo qui venit erat bonus*. (“O homem que veio era bom.”)

(7) *Arbores quas vidisti erant bellae*. (“As árvores que vistas eram belas.”)

A perda da declinação trouxe certa dificuldade em se identificar a função sintática do pronome relativo. Embora se recorra ao uso de preposições no português – por exemplo, *templum cui dedisti donum erat bellissimum* (“O templo AO QUAL deste o presente era belíssimo”) –, muitos são os casos em que não há funções preposicionais – como os expressos nos exemplos (6) e (7), por exemplo.

Segundo Bassetto (2010, p. 384), “a fixação de uma forma única para o relativo (*que*), com muito pouca transparência semântica, já no latim vulgar ocasionou anacolutos ou acréscimos de pronomes pessoais pleonásticos em busca de maior clareza”: *M. As. Balerio viro splendido*,

cui iam dudum secundum bocis eiusdem Populi et voluntatem onorem patronatos ei oblatum est (“A Marco Salústio Valério, homem magnífico, a quem já há muito, segundo vozes e vontade do mesmo povo, *lhe* foi oferecido o patronato”). Vale lembrar que, no português, esse recurso linguístico tem sido cada vez mais frequente, como vimos na Aula 13, quando tratamos das orações relativas copadoras.

A subordinação

De todas as orações, essa categoria é a que apresenta o traço [+ encaixamento], na medida em que representa um argumento do verbo ou do nome. Enquanto, no português as subordinadas apresentam frequentemente conjunção e verbo finito, no latim, a construção clássica era sem conectivo e com verbo no infinitivo, fato motivado pela tendência sintética da língua.

Nos ditos verbos *dicendi* (“do dizer”, como *falar, afirmar, declarar, perguntar*, etc.), por exemplo, no português, é comum o uso da conjunção integrante *que*, seguida de verbo finito para a expressão de uma oração completiva objetiva direta (por completiva, entendem-se as subordinadas substantivas da NGB, excetuando-se a afirmativa). No latim, o sujeito do verbo *dicendi* declinava-se no acusativo e o verbo da subordinada flexionava-se no infinitivo: *Caesar dixit Pompeium, adversarium suum, Magnum Romanorum ducem esse* (“César disse ser Pompeu, seu adversário, um grande general romano”). Tal construção, no entanto, perdeu-se no latim vulgar, mantendo-se apenas em certos verbos e orações breves: *Iubeo te exire* (“Ordeno tu saíres/ Ordeno que saias”). Contudo, isso não quer dizer que não haja construções oracionais com verbos no infinitivo no português. Como sabemos, há verbos vários em que é comum o emprego de oração reduzida de infinitivo sem preposição (*Lamento perdermos esta oportunidade*).

Além das orações subordinadas iniciadas por infinitivo (e sem conector), no latim, havia mais duas formas de subordinação: a conjuncional e a interrogativa indireta. A primeira substituiu grande parte das infinitivas tanto no latim vulgar quanto nas línguas românicas. À medida que o pronome relativo *quod* foi se abstratizando, começou a ser empregado para introduzir uma oração completiva subjetiva – *Opportune accidit, quod luna plena erat* (“Oportunamente aconteceu que era lua cheia”) – ou objetiva direta. Como *quod* era também uma conjunção causal, ao lado de *cum, quoniam quandoquidem*, aos poucos ela

se generalizou arrastando *quia*, *cum* e *ut* para a função de completivas. *Quid*, em latim, era um pronome de uso em interrogações diretas (*quid cogitas?* “O que você pensa?”) e passou a ser empregado também em perguntas indiretas, com o verbo no subjuntivo, em posição de subordinação em relação à oração matriz: *Quaero quid cogites* (“Pergunte o que você pensa.”). Como vimos, no português, *quid*, *quod* e *quam* são representados na forma “que”, uma partícula multifuncional, largamente empregada em diversos padrões frasais, tanto sozinha quanto como último termo de locuções conjuntivas.

Por fim, vale ressaltar que, às orações subordinadas completivas, somam-se as relativas restritivas, conforme argumentamos no subtópico anterior. Estas se encontram encaixadas na oração matriz, servindo-lhe como um de seus argumentos.

==== **Atividade 3** ====

Atende aos objetivos 1 e 2

1. Embora no latim houvesse uma grande variedade de conjunções, poucas delas foram herdadas no português. Por quê?

2. Qual foi a consequência da queda do sistema casual, mais especificamente do caso ablativo absoluto, para a expressão das relações de hipotaxe e subordinação no período composto?

Resposta comentada

1. Porque o latim vulgar dava preferência à relação paratática, tendo sido herdadas dessa língua apenas algumas conjunções mais essenciais. Desse modo, grande parte desses elementos se formaram já no português, a partir do processo de gramaticalização.
2. Com o desaparecimento do ablativo absoluto, os falantes começaram a recorrer a outras formas linguísticas para a expressão das relações de subordinação. Desse modo, a subordinação conjuncional veio a preencher essa lacuna na língua.

Conclusão

Nas línguas modernas a que comumente temos acesso, os mecanismos linguísticos empregados para combinar orações e períodos são muito semelhantes, de modo que temos a falsa impressão de que tais recursos sempre estiveram disponíveis nas línguas.

Não obstante, nesta aula, pudemos ter acesso a um pouco da história do latim e de outras línguas naturais, em cujas origens havia apenas a parataxe, com o predomínio da justaposição entre orações, sem a presença de conectores. O desenvolvimento de orações mais integradas surgiu de uma necessidade comunicativa dos povos, com o advento de gêneros textuais mais complexos, que exigiam novos recursos linguísticos.

Num primeiro olhar, pode parecer que o estudo diacrônico dos mecanismos de combinação de orações serve-nos somente como erudição. No entanto, ele é imprescindível para compreender como novos empregos linguísticos emergem de formas já existentes na língua, que lhes servem de fonte. Entender *explicação* como uma abstratização de *causa*, por exemplo, só é possível através de uma investigação histórica cuidadosa. Tal tipo de empreendimento permite-nos tanto localizar, no tempo, a origem dos fatos da língua quanto entender o funcionamento da cognição e da linguagem humana na representação do mundo do discurso.

2. A parataxe é a fonte de todas as outras macrocategorias. No estágio mais primitivo das línguas naturais, os processos são paratáticos, haja vista o predomínio na conversação espontânea, em que são mais frequentes os períodos curtos, motivados pela constante troca de turno. A hipotaxe e a subordinação surgiram na língua motivadas por necessidades de ordem social e cognitiva. A composição de textos mais extensos, abstratos e complexos passou a exigir novos recursos para a obtenção dos objetivos comunicativos, sobretudo pelo fato de contar com processos de interação *off-line*, em que os interlocutores não têm acesso um ao outro.

3. Os processos paratáticos são semelhantes quanto ao emprego das aditivas e alternativas, sendo que, na primeira, era frequente o polissíndeto, enquanto no português é de uso mais literário; nas últimas, mantiveram-se as ideias de exclusão ou inclusão. A relação de adversidade era semântica. O desenvolvimento da conjunção se deu devido à gramaticalização do advérbio de intensidade *magis*, que passou a ter uma ideia de preferência e depois se abstratizou em um conector de oposição. A hipotaxe e a subordinação apresentam muitas diferenças entre o latim e o português, em virtude da declinação latina. Nas orações relativas, os pronomes relativos declinavam-se conforme a função sintática que exerciam. As hipotáticas adverbiais apresentavam-se, sobretudo, no caso ablativo absolutivo, sem a presença de conectores. As subordinadas completivas, por sua vez, apresentavam-se frequentemente sem conector, com verbo no infinitivo. Este último mecanismo, no entanto, esvaiu-se no latim vulgar, dando prioridade à combinação entre orações através do emprego de conjunções.



Resumo

Nesta aula, fizemos uma revisão dos processos de combinação/integração de orações sob o paradigma da gramática tradicional. Problematizamos o critério da (in)dependência sintática, defendendo que essa relação também é semântica. Como solução, propusemos o modelo funcionalista de integração de orações, em que os mecanismos de combinação de orações podem ser expressos em três macrocategorias, organizados em um contínuo, cujos critérios são de ordem sintática e semântica.

No latim arcaico, predominava a parataxe com a justaposição assindética. No período clássico, o latim já contava com processos bastante complexos de combinação nos três níveis. Na parataxe, era comum a expressão de adição pelo conector *et* e a de alternância por *aut*. As relações adversativas, no entanto, eram estabelecidas semanticamente, sem conexão. A conjunção adversativa por excelência (*mas*) surgiu já no latim vulgar, por um processo de gramaticalização do advérbio de intensidade *mais*.

As orações hipotáticas adverbiais apresentavam-se, sobretudo, através do emprego do caso ablativo absolutivo, em que não havia conjunção para estabelecer a relação de subordinação. Com a queda do sistema casual, a língua precisou contar com novos recursos. Nesse caso, ampliou-se o emprego das conjunções, elementos dos quais já dispunha.

As orações relativas também obedeciam ao sistema casual. Os pronomes relativos declinavam-se conforme a função sintática que exerciam na oração. Com o esvaimento das desinências, a língua passou a contar com preposições – quando possível – para o estabelecimento da função sintática.

As orações subordinadas completivas apresentavam-se, sobretudo, com verbo no infinitivo – de modo muito semelhante às nossas reduzidas. No latim vulgar, no entanto, a abstratização dos pronomes relativos *quod* e *quid* resultaram em um emprego conjuncional, frequente nas diversas relações de subordinação, como ocorre no português com a partícula multifuncional “que”, em função de conjunção integrante.

Referências bibliográficas

BAGNO, Marcos. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2011.

BASSETTO, Bruno Fregni. *Elementos de filologia românica*. Volume 2. São Paulo: EdUsp, 2010.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1985.

KURY, Adriano da Gama. *Novas lições de análise sintática*. São Paulo: Ática, 2000.

ROSÁRIO, Ivo da Costa. Reflexões sobre o critério da (in)dependência no âmbito da integração de orações. *Revista Línguas & Letras*.

Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Cascavel, Vol 17, n. 35, 2016, p. 252-272. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/view/12744>. Acesso em 07/05/2018.

SAID ALI, M. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 2ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1931.

SALI, Felipe. 5 declarações de amor incríveis que entraram para a história, 19 ago. 2016. *Mundo Estranho*. Comportamento, História. Disponível em: <http://mundoestranho.abril.com.br/materia/5-declaracoes-de-amor-incriveis-que-entraram-para-a-historia>. Acesso em 25/07/2016.

TARALLO, Fernando. *Tempos linguísticos*. Itinerário histórico da língua portuguesa. São Paulo: Ática, 1990.